



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Marcos Paulo Ferreira

O processo de adoecimento das professoras em Santa Catarina:
Uma conversa com professoras da rede estadual de ensino catarinense

Florianópolis
2024

Marcos Paulo Ferreira

O processo de adoecimento das professoras em Santa Catarina:

Uma conversa com professoras da rede estadual de ensino catarinense

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Sandra Caponi, Dra.

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Ferreira, Marcos Paulo

O processo de adoecimento das professoras em Santa Catarina : Uma conversa com professoras da rede estadual de ensino catarinense / Marcos Paulo Ferreira ; orientadora, Sandra Noemi Cucurulo Caponi, 2024.

73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. neoliberalismo. 3. educação. 4. adoecimento. 5. saúde mental. I. Caponi, Sandra Noemi Cucurulo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Marcos Paulo Ferreira

Processo de adoecimento das professoras em Santa Catarina:

Uma conversa com professoras da rede estadual de ensino catarinense

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciado e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais.

Florianópolis, 03 de maio de 2024

Insira neste espaço
a assinatura

Prof. Eduardo Vilar Bonaldi
Coordenação do Curso

Banca examinadora

Insira neste espaço
a assinatura

Profa. Sandra Caponi, Dra.
Orientadora

Insira neste espaço
a assinatura

Prof. Luiz Alexandre Devegili, Me.
Universidade do Estado de Santa Catarina

Insira neste espaço
a assinatura

Prof. Amurabi Oliveira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

**Insira neste espaço
a assinatura**

Prof. Javier Ernesto Ladrón de Guevara Marzal, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2024.

Dedico este trabalho às lutas de todos os trabalhadores e trabalhadoras, em especial à luta das professoras por valorização e por uma educação de qualidade, gratuita e para todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha companheira, Maria Helena Pereira dos Santos, por todo o suporte e amor despendido a mim durante minha graduação, me acompanhando no árduo e longo desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos meus familiares, em especial à minha mãe, Karine Ferreira, e à minha avó, Ligia Maria de Fátima Ferreira, mulheres fortes que me educaram e fizeram de tudo para que eu pudesse me tornar uma pessoa íntegra e um ser humano que luta por seus ideais.

Meus sinceros agradecimentos aos meus amigos e amigas, que fizeram do caminho da graduação um caminho mais divertido e marcante em minha vida, agradeço em especial aos amigos Luiz Alexandre Devegili, Leandro Peres de Oliveira e Eduardo Grotmann, por quem tenho um carinho especial.

Agradeço também a todas as professoras que contribuíram para minha educação e contribuem para fazer da escola um ambiente acolhedor e enriquecedor com tão pouco; personalizo esse agradecimento à minha orientadora Sandra Caponi, que foi fundamental tanto para a realização deste trabalho como para a minha formação enquanto profissional da educação.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina e ao ensino público, gratuito e de qualidade. Que a oportunidade que eu tive seja algo cada vez mais comum para quem busca conhecimento. Que não haja limitações para quem busca entrar em uma universidade e que o ensino seja sempre um direito de todos.

“Seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.” (Paulo Freire, 1984, p.89)

RESUMO

Essa monografia apresenta uma pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa, que tem como objetivo identificar os afastamentos das professoras da rede estadual de educação de Santa Catarina, observando as principais causas, proporções e os possíveis impactos na vida profissional e pessoal dos trabalhadores da educação. A pesquisa se apoia em referenciais teóricos que partem da compreensão de que as reformas educacionais advindas da gestão neoliberal, em especial na década de 80/90, impactam na relação de trabalho contribuindo para uma maior responsabilização dos trabalhadores. Com as mudanças trazidas pela reestruturação capitalista nas relações sociais, buscou-se através do relatório dos afastamentos docentes de 2017 a 2019, fornecido pela Secretaria de Estado da Educação (SED), investigar as maiores causas dos afastamentos docentes e por meio das entrevistas realizadas com as professoras entender como as condições de trabalho afetam na saúde docente. Verificou-se através das entrevistas que o adoecimento é ocasionado pelo acúmulo de atividades às quais as docentes são submetidas, por novas incumbências, pelo assédio moral, por cobranças, por uma maior responsabilização e pela falta de valorização profissional. Pontos que acompanham a política neoliberal em vigor. Em relação ao tratamento para os problemas de saúde ocasionados pelas condições de trabalho, foi possível constatar que a medicação está presente na maioria dos casos de adoecimento mental, ela é fundamental para mascarar os problemas sociais e individualizar o problema.

Palavras-chave: neoliberalismo; educação; adoecimento.

ABSTRACT

This monograph presents a research with a quantitative and qualitative approach, which aims to identify the sick leaves of teachers from the state education network of Santa Catarina, observing the main causes, proportions and possible impacts on the professional and personal life of education workers. The research is based on theoretical references that start from the understanding that the educational reforms arising from neoliberal management, especially in the 80s/90s, impact on the working relationship contributing to a greater accountability of workers. With the changes brought by the capitalist restructuring in social relations, it was sought through the report of teacher leaves from 2017 to 2019, provided by the Secretary of State for Education, to investigate the biggest causes of teacher leave and through interviews with teachers to understand how working conditions affect teacher health. It was verified through the interviews that the illness is caused by the accumulation of activities to which the teachers are subjected, by new tasks, by moral harassment, by charges, by greater accountability and by the lack of professional appreciation. Points that accompany the neoliberal policy in force. In relation to the treatment for health problems caused by working conditions, it was possible to see that the medication is present in most cases of mental illness, it is essential to mask social problems and individualize the problem.

Keywords: neoliberalism; education; illness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fases da carreira docente

36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo de direitos trabalhistas entre professores efetivos e professores ACTs	37
Quadro 2 – Grupos de patologia segundo a Classificação Internacional de Doenças CID-10	43
Quadro 3 – Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Auxílio-Doença até 15 dias (AD-15)	46
Tabela 2 – Licença para tratamento de saúde (LTS)	50
Tabela 3 – Readaptação (RD)	51
Tabela 4 – Considerado Definitivamente Inválido (CDI)	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Admitido em Caráter Temporário
AD-15	Auxílio-Doença de até 15 dias
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
CDI	Considerado Definitivamente Inválido
CID	Código Internacional de Doenças
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LTS	Licença para Tratamento de Saúde
NEM	Novo Ensino Médio
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PL	Projeto de Lei
RD	Readaptação
SC	Santa Catarina
SED	Secretaria de Estado da Educação
SIGRH	Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos
SINTE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina
STF	Supremo Tribunal Federal
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	20
2.1	REFORMAS EDUCACIONAIS 80/90.....	25
2.2	RESPONSABILIZAÇÃO DAS PROFESSORAS.....	27
2.3	SINTOMAS DO SUJEITO NEOLIBERAL.....	29
3	SOBRECARGA DA DOCÊNCIA EM SC E O PROCESSO DE	
	ADOCIMENTO MENTAL.....	33
3.1	PERFIL DAS PROFESSORAS.....	33
3.2	FASES DA CARREIRA DOCENTE.....	35
3.3	ACT X EFETIVO.....	37
3.4	O PROCESSO DE ADOECIMENTO.....	40
3.5	AS DOENÇAS MAIS PRESENTES NO AMBIENTE ESCOLAR.....	43
4	O ADOECIMENTO EM SANTA CATARINA: A VISÃO DAS	
	TRABALHADORAS DOENTES NESSE PROCESSO.....	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
	REFERÊNCIAS.....	67
	APÊNDICE A - ROTEIRO BASE PARA ENTREVISTA	
	SEMIESTRUTURADA.....	73

1 INTRODUÇÃO

As políticas neoliberais¹ trouxeram implicações nas relações de trabalho, de modo geral, e também nas condições de trabalho, nas relações interpessoais entre professoras², com as coordenações de escola, com os alunos e seus familiares. Por escolha política, o trabalho apresentará o gênero das docentes sempre no feminino, ou seja, como As professoras e não Os professores, costumeiramente utilizado em nossa sociedade patriarcal. A escrita só será empregada no masculino quando a citação dos referenciais teóricos for citada no masculino. No Brasil, as mulheres representam 79,5% das profissionais de educação segundo o Censo Escolar de 2023, e a utilização do gênero feminino é também uma homenagem à participação das mulheres na educação

Pode-se afirmar que, a partir da remodelação proposta pelo Toyotismo³, na década de 1970, o capitalismo mudou algumas de suas características, intensificou o processo de exploração nas relações de trabalho, aumentou o desemprego e precarizou as formas de trabalho, aumentando a distância entre as classes sociais. Para além das condições de trabalho, o capitalismo, em sua nova versão, intensificou o individualismo e a competição entre os pares e, como consequência, proliferou o aparecimento de uma variedade de doenças e elevou o consumo de remédios (drogas).

O discurso neoliberal, além de contemplar o conjunto de diretrizes econômicas, também é um conjunto de princípios orientadores do modo de vida, que visa aumentar ao máximo a produtividade dos indivíduos, os responsabilizando pelos seus sucessos e também pelos seus fracassos.

No campo da educação, as políticas neoliberais influenciaram em uma série de reformas educacionais pelo mundo entre as décadas de 1980 e 1990, exigindo maior produtividade das professoras e aumentando a pressão por meio da responsabilização unilateral pelo sucesso e/ou fracasso escolar dos estudantes.

¹ O termo neoliberal e neoliberalismo é utilizado para falar das transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX, mesmo ciente que “o termo neoliberalismo recobre uma variedade muito grande de práticas, de políticas e de proposições” (Fontes, 2010 p. 212)

²Disponível

em:

<<https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202403/saiba-mais-sobre-o-panorama-das-mulheres-na-educacao-basica#:~:text=Do%20total%2C%2079%2C5%25.de%20Estat%3%ADstic%20da%20Educa%3%A7%3%A3o%20B%3%A1sica>> Acessado em 11 de abril de 2024.

³ Modelo de produção industrial japonês conhecido pela adoção do sistema just-in-time, que preza pelo atendimento da demanda e a eliminação dos estoques.

Com o passar do tempo, esses fatores, aliados ao sucateamento da educação (por meio de cortes de investimentos públicos), geraram um rol de doenças mentais entre os profissionais da educação.

Nos últimos anos, o aumento das demandas educacionais tem sido presenciado dia-a-dia nos docentes com a criação e implementação do Novo Ensino Médio (NEM). Pensado desde 2015 e aprovado em 2017 pelo governo federal, o NEM, como é conhecido, foi colocado em testes em 2021 em poucas escolas brasileiras, para ser amplamente aplicado no Brasil em 2022. Com ele, para além do aumento da carga horária anual, houve também a criação de novas disciplinas que, sem treinamento ou orientação prévia, se tornaram mais um fardo para as professoras que já lecionavam suas disciplinas básicas⁴ e agora passam a ter novos conteúdos para planejar aulas.

Projeto de Vida, Novos Itinerários Formativos, Trilhas de Conhecimento, dentre outros, foram as disciplinas e arranjos adicionados ao currículo escolar. O conteúdo dessas novas disciplinas não foi apresentado às professoras de forma prévia, a implementação do novo ensino médio foi realizada de forma autônoma e sem o devido suporte do Estado. Além disso, o NEM ampliou a possibilidade do Estado em ofertar cursos, módulos e disciplinas na rede privada através dos *vouchers*⁵.

O “Programa Escola Sem Partido” - movimento político que visa uma agenda conservadora para a educação brasileira - é uma esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira (Frigotto, 2017), teve mais de 200 projetos em sua base, que abordaram os temas de educação “Antigênero”, “Infância sem Pornografia” e “Escola Sem Partido”, por uma escola que priorize os “valores familiares”. Este programa, que também ficou conhecido como “Lei da Mordça”, foi uma tentativa de violar a liberdade constitucional de ensinar, interditando o pluralismo de ideias e cerceando a liberdade de expressão das professoras. O

⁴ O NEM amplia a carga horária mínima anual de 800 para 1.000 horas anuais e insere novas disciplinas denominadas itinerários formativos no currículo escolar. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/07/novo-ensino-medio-comeca-a-ser-implementado-gradualmente-a-partir-de-2022>> Acessado em 12 de abril de 2024.

⁵Voucher é o nome dado aos cartões de benefícios que as empresas dão aos seus funcionários e são utilizados na compra de produtos específicos. No caso da educação, esses vouchers são tickets para as famílias matricularem seus filhos em instituições de ensino privadas, sendo pagos pelo Estado. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/vouchers-para-a-educacao-entenda-os-pros-e-contras>> Acessado em 12 de abril de 2024.

“Escola Sem Partido” foi mais um ataque à liberdade das professoras que, para além de se preocupar com as condições estruturais da escola, tinham que se fiscalizar quanto ao conteúdo ministrado, sendo restringidos e até reprimidos por alunos e familiares de alunos.

Entre outros motivos, considera-se que esse clima de sobrecarga de trabalho, perseguição e medo pode ter afetado a saúde mental das professoras. Para analisar o contexto específico de adoecimento das professoras em Santa Catarina, o presente trabalho teve como objetivos:

1. Objetivo geral: identificar os afastamentos das professoras na rede estadual de educação de Santa Catarina, observando as principais causas, as proporções, e os possíveis impactos na vida profissional e pessoal das trabalhadoras da educação.
2. Objetivos específicos:
 - 2.1. Investigar os motivos que levam as docentes ao afastamento da sala de aula;
 - 2.2. Descrever o processo de afastamento docente a partir do laudo médico;
 - 2.3. Analisar as principais doenças listadas pelo relatório fornecido pela Secretaria de Educação de Santa Catarina;
 - 2.4. Registrar como as docentes entrevistadas se veem no processo de adoecimento e afastamento das salas de aula.

Para atingir tais objetivos foram analisados dados sobre afastamento de professoras fornecidos pela Secretaria de Educação de Santa Catarina (SED/SC) referente aos anos de 2017, 2018 e 2019, e a realização de entrevistas semiestruturadas com professoras da rede estadual catarinense.

As professoras entrevistadas nesta pesquisa foram indicadas por seus pares, tendo como único requisito o afastamento por motivo de saúde. São professoras efetivas e professoras Admitidas em Caráter Temporário (ACT) e lecionam na rede estadual de Santa Catarina. Ao total foram 4 professoras entrevistadas a partir do roteiro base do questionário semiestruturado⁶ (Apêndice A) e que nesta pesquisa serão citadas por nomes aleatórios, que não as pertencem.

Para exposição da abordagem e referencial teórico e análise de pesquisa, o trabalho foi organizado em três capítulos.

⁶ Roteiro base (Apêndice A) conta com 8 questões e a sua elaboração partiu dos objetivos específicos desenvolvidos no projeto de pesquisa.

No capítulo 1, denominado *Neoliberalismo e as políticas educacionais*, é apresentado o surgimento do pensamento neoliberal e como ele afetou tanto as reformas educacionais dos anos 80/90, como a reforma realizada em 2017 e implementada em 2022 do Novo Ensino Médio, através da Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecendo uma mudança na estrutura do ensino médio, e como este pensamento molda os sujeitos que nele vivem.

Durante o capítulo 2, intitulado *Sobrecarga da docência em SC e o processo de adoecimento mental*, são abordadas algumas categorizações de perfis docentes existentes, os modelos de contratação de professoras na rede estadual de educação em Santa Catarina e analisamos o processo de adoecimento através do relatório de afastamento docente fornecido pelo estado de Santa Catarina.

No capítulo 3, *O adoecimento em Santa Catarina: a visão das trabalhadoras doentes nesse processo*, são apresentados relatos das professoras sobre seus afastamentos, em que são expostos os problemas das escolas, os diagnósticos médicos e os impactos nas vidas das docentes. O processo de adoecimento é apresentado a partir das contribuições das professoras da rede estadual catarinense realizadas a partir de entrevistas semi estruturadas mencionadas.

2 NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O trabalho, relação do homem com a natureza para produção de valores de uso necessários à subsistência humana, sofreu e sofre mutações desde o advento do capitalismo, datado no século XIII a partir da declínio do sistema feudal. Ao longo da expansão capitalista, o homem também sofreu transformações que buscavam sempre a máxima produtividade do trabalhador. Karl Marx, a relação do capitalismo com o trabalhador produtivo da seguinte forma:

No capitalismo, só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este invista seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de fazer salsicha, em nada modifica a situação. (MARX; ENGELS, 2005, p. 94).

O capitalismo, impulsionado pela reestruturação produtiva do Toyotismo, entre outros modelos de produção, e pelas políticas liberais e neoliberais, trouxe consequências dessa tendência mundial da reestruturação produtiva para os trabalhadores, seja na flexibilização dos seus direitos, na precarização das suas condições de trabalho, na ampliação do desemprego ou no aumento de carga horária de trabalho, como apresentado por Antunes:

O trabalho, espaço de sobrevivência possível para aqueles que só dispõem da venda de sua força de trabalho, tornou-se então, o lócus por excelência das jornadas extenuantes, da precarização dos direitos sociais, medos e dos temores constantes do desemprego, do stress para se manter no emprego, ou ainda das lesões por esforço repetitivo (LER) e dos múltiplos modos de ser do adoecimento. É um adoecimento típico da era informacional. (ANTUNES, 2008, p. 2).

Responsável pelas mudanças no mundo trabalho, o neoliberalismo, segundo Gentili (1996), apresenta dupla função: a primeira é ser apresentado como saída para a crise capitalista que se alastrava no final dos anos 60 e, para isso, é

formado por uma série de estratégias políticas, jurídicas e econômicas. Sua outra função:

(...) expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante. (GENTILLI, 1996, p. 09).

O neoliberalismo fortalece os ideais liberalistas que surgiram no século XVII, como livre concorrência, Estado mínimo, redução de impostos e flexibilização das leis trabalhistas, que ganharam destaque no século XVIII e tendo seu ápice e consolidação no século XIX, após a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, que foram norteadas pelo pensamento liberal.

Como elencam Dardot e Laval (2016) o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial. O preço que se paga pela “emancipação” do indivíduo é a mercantilização das relações sociais que, juntamente com a urbanização, afeta suas relações sociais, tradições, raízes, apegos familiares e fidelidades pessoais.

A respeito da individualização ideologizada pelo pensamento neoliberal, Michel Foucault (2014) apresenta o termo “dispositivo de disciplina”. Para o autor, o termo não deve ser visto apenas como “adestramento de corpos”, mas sim como “gestão de mentes”. Para o pensamento neoliberal, o novo ideal de ser humano é o indivíduo calculador e trabalhador produtivo. Essa tipificação do ser humano foi imposta como “normalizada” na sociedade. Então, esse sujeito produtivo é formado não só os saberes ditos, mas também o não dito, o que está implícito, presente na moral dos indivíduos, na subjetividade dos indivíduos, sem mesmo que eles tenham ciência.

Esse trabalhador “individualizado” já passou por outros processos que o tornaram mais “controlado”. Ao longo do desenvolvimento do sistema capitalista, a classe dominante controla a esfera do trabalhador visando o aumento de sua produtividade. Gramsci afirma que na forma social “racionalizada” há uma relação dialética entre estrutura e superestrutura, onde temos a estrutura dominando a superestrutura de forma imediata e estas são racionalizadas (GRAMSCI, 2001, p.248). Essa visão, compartilhada por marxistas, traz à luz a divisão da sociedade

em estrutura e superestrutura, onde a estrutura determina as formas políticas, jurídicas, sociais e ideológicas que a formação da superestrutura se configura. Para Gramsci, temos o “novo tipo de humano”, conformado e enquadrado às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas.

Ainda segundo Gramsci (2001), outro fator que ajuda a aumentar o controle e a produtividade desse “novo tipo humano” é a questão dos “altos salários”. Exemplificando, para o autor, altos salários pagos pela empresa automobilística Ford a um grupo seletivo de funcionários é uma estratégia de persuasão para adaptação da força de trabalho aos novos métodos de produção e de trabalho. É uma ferramenta para disseminar o novo modelo industrial: ter um pequeno grupo qualificado como representantes e disseminadores dessa nova forma social, fazendo com que a grande parte que não recebe altos salários se espelhe e busque estar presente no seletivo grupo que recebe altos salários. Assim, moldando-os e criando competitividade entre os trabalhadores.

Desde criança os trabalhadores são formados a ser um tipo idealizado de indivíduo: que ele seja dócil, obediente e produtivo; que a criança seja quieta, com notas boas e que não critique o sistema escolar. Essa visão de um corpo docilizado na infância no ambiente escolar, tem que se refletir enquanto trabalhador na fábrica, a um soldado em seu quartel, etc.

Assim, o papel da escola é fundamental para “docializar” os corpos e prepará-los para o futuro operário/trabalhador. O currículo escolar é alvo de disputas e a educação como um todo é inserida num projeto político e pedagógico do neoliberalismo.

A educação, além de ensinar os conteúdos necessários para a socialização e profissionalização, é um instrumento ideológico. Michael Apple (2002) afirma que o currículo é o transmissor das ideologias dominantes, pois não é mera colagem de informações, o currículo sempre é fruto de agrupamentos sociais que decidem o que será transmitido nas salas de aula: conhecimento é poder e sempre esteve em disputa.

Com a redefinição do papel do Estado durante a década de 90, os organismos internacionais foram decisivos para o novo modelo de operacionalização das políticas públicas dos países emergentes. O campo educacional foi fortemente direcionado pelas orientações das grandes instituições financiadoras, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (UNESCO). Ainda nos anos 90, o Estado brasileiro em harmonia com as políticas internacionais, regulamenta (e põe em prática) novas políticas educacionais, com intuito de adequar o sistema educativo às demandas do capital.

Nessa conjuntura, o trabalho docente sofreu, e ainda sofre, modificações substanciais na medida em que a lógica do capital foi e é inserida nas escolas, que agora se tornam pequenos laboratórios de lógica de mercado com o ensino voltado ao tecnicista.

O pensamento resultadista capitalista, que visa o resultado, visa a produtividade, não se importa com os meios e com o processo de sobrecarga dos trabalhadores, esse pensamento restringe a autonomia das professoras, adocece e responsabiliza as docentes pelo fracasso dos estudantes. O currículo é submetido às lógicas capitalistas e fica de fora da realidade escolar/comunidade. As políticas neoliberais também atingem a educação através mudanças no ambiente escolar, o que implica nas condições materiais de trabalho, nas relações entre as professoras, com alunos e com familiares:

As implicações para a saúde do professor, diante das atuais formas de ser do trabalho educativo configuram um quadro problemático, que permeia desde o abandono da carreira até problemas de saúde, relacionados ao sofrimento extremo, colocando em questão a relação entre a objetividade social, os sentidos do trabalho e a sua não realização. (LANDINI, 2006, p.1)

Sem o devido amparo das instituições e do governo, cabe às professoras ainda a responsabilidade de cobrir lacunas presentes na educação, como de serem compelidas a buscarem formas de requalificação que se traduzem em aumento não reconhecido e não remunerado da jornada de trabalho (Teixeira, 2001; Barreto e Leher, 2003; Oliveira, 2003).

De acordo com Dardot e Laval (2016):

[...] diversas técnicas contribuem para a fabricação desse novo sujeito unitário, que chamaremos indiferentemente de “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal”, ou, simplesmente, “neossujeito”. Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis - metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade

que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irreduzível do desejo que o constitui. As grandes proclamações a respeito da importância do “fator humano” que pululam na literatura da neogestão devem ser lidas à luz de um novo tipo de poder; não se trata mais de reconhecer que o homem no trabalho continua a ser um homem, que ele nunca se reduz ao status de objeto passivo; trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colaborador” da empresa, enfim, o desejo com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 327)

O “neossujeito”⁷ agora deve engajar em sua plenitude a sua vida profissional, tornando-se responsável por todas as suas conquistas e fracassos (sucessos e insucessos). Este sujeito, produto do neoliberalismo, deve maximizar seus resultados, se expor a riscos e assumir inteira responsabilidade por eventuais fracassos.

Estes autores também apresentam a noção partilhada pelo neoliberalismo da empresa de si mesmo como “ethos de autovalorização”:

O grande princípio dessa nova ética do trabalho é a ideia de que a conjunção entre as aspirações individuais e os objetivos de excelência da empresa, entre o projeto pessoal e o projeto da empresa, somente é possível se cada indivíduo se tornar uma pequena empresa. Em outras palavras, isso pressupõe conceber a empresa como uma entidade composta de pequenas empresas de si mesmo. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 328)

Os autores dão luz à noção de que a “empresa” não é uma simples metáfora nesse campo, mas sim parte do processo de valorização do eu. O trabalho se torna um produto e os trabalhadores têm agora suas próprias empresas para valorizar, para precificar, para agregar, fazer gestão dos seus tempos, a “empresa” torna-se então uma “entidade psicológica e social, e mesmo espiritual”, presente em todas as relações. Em suma, os autores afirmam que o “neossujeito” deve aprender

⁷ Definição adotada por Dardot e Laval no Livro “A nova razão do mundo” (2016). É o sujeito que é “empresário de si mesmo”, que deve aumentar os rendimentos pessoais e psíquicos de seu capital humano, correndo os riscos decorrentes de suas escolhas.

a ser um sujeito “ativo” e “autônomo” na e pela ação de que ele deve operar sobre si mesmo.

Essa ótica do trabalhador ser visto como empresa é baseada na responsabilidade individual e no autocontrole do indivíduo. Essa responsabilidade não é simplesmente adquirida, mas sim fruto da interiorização das coerções que o sujeito passa. O governar-se, ser o empreendedor de si mesmo em suma é ser o instrumento de seu próprio sucesso social e profissional (Dardot e Laval. 2016).

2.1 REFORMAS EDUCACIONAIS 80/90

Quando surge nos anos 60/70, o neoliberalismo é apresentado como solução para as crises capitalistas, transformando materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social. O regime neoliberal foi difundido em potências políticas e econômicas mundiais, se tornando comuns nos Estados Unidos da América com o governo de Ronald Reagan (1967-1975), com Margaret Thatcher no Reino Unido (1979-1990) e Helmut Kohl na Alemanha (1982-1998). A consolidação destes regimes só foi possível através do discurso que pregava o neoliberalismo como solução para a crise de acumulação taylorista/fordista (final dos anos 60, início dos anos 70) e para a crise do Estado de Bem-estar Social. Neste sentido, o neoliberalismo ganhou espaço político, econômico e, além de tudo, espaço ideológico nas sociedades.

Tal “sucesso” chegou à América Latina ainda na década de 1970. Para muitos, o primeiro país latino-americano a implantar o neoliberalismo foi o Chile. Conhecido como laboratório de experimentos neoliberalismo, o Chile sofreu sob o governo ditatorial de Pinochet iniciado em 1973 e que perdurou por 27 anos, chegando ao fim em 1990. Suas medidas ainda ecoam na sociedade chilena, levando milhares de pessoas às ruas insatisfeitas com medidas sancionadas nos anos 70 e 80, como a implementação de um novo sistema previdenciário. Em 2020, o tema voltou a ser assunto entre os chilenos com a abertura de uma nova constituinte, que buscava revisar as medidas sancionadas durante a ditadura chilena de Pinochet.⁸

⁸ “Chile aprova plebiscito histórico: por que é tão polêmica a Constituição que 78% dos chilenos decidiram trocar”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/26/chile-aprova-plebiscito-historico-por-que-e-tao-polemica-a-constituicao-que-78-dos-chilenos-decidiram-trocar.ghtml>>, acessado em 01 de abril de 2024.

No final do século XX, o continente passa por uma onda de reformas educacionais: Equador (1983), Uruguai (1985), Chile (1990), El Salvador (1990), República Dominicana (1992), Argentina (1993), México (1993), Bolívia (1994), Colômbia (1994), Brasil (1996) (BEECH, 2007). Algumas destas reformas possuíam princípios similares, como a descentralização, a autonomia escolar, a profissionalização docente, currículos baseados em competências e o estabelecimento de sistemas centralizados de avaliação de rendimento (Braslavsky y Gvirtz, 2000; Martínez Boom, 2000; apud Beech, 2007).

Estas reformas, segundo o autor, tiveram como justificativa “a suposta necessidade de se adaptar às pressões externas” (BEECH, 2007, p. 157). Em outras palavras, a lógica dominante era que havia uma série de mudanças que estavam ocorrendo a “nível global”. Desta forma, Beech (2007) apresenta o argumento de que as modificações curriculares e estruturais dos sistemas educacionais latino-americanos ocorreram por meio da internacionalização das políticas educacionais. O autor argumenta que os documentos sobre educação produzidos pela UNESCO, pelo Banco Mundial e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) influenciaram a formulação das reformas nos países latino-americanos:

Nossa hipótese é que as propostas das agências internacionais [UNESCO, Banco Mundial e OCDE] colaboraram para modificar o marco discursivo no que se pensaram as reformas curriculares nestes países, porém dentro deste marco houve distintas interpretações em cada um dos países analisados. (BEECH, 2007, p. 162).

No Brasil, o neoliberalismo tomou força nos anos 90, sob o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) através da abertura econômica de seu governo. Antes disso, durante a ditadura militar, o caráter governamental era nacionalista, de intervenção do Estado na economia e de protecionismo econômico. As medidas neoliberais foram mantidas pelo então governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A partir da crise mundial do Estado de Bem-estar Social, na segunda metade do século XX, houve uma recomposição das políticas sociais, pautadas na descentralização do Estado, transferindo as responsabilidades para a comunidade e

as retirando das forças estatais. Os padrões mínimos do Estado de Bem-estar Social como educação, saúde, habitação, renda e seguridade social assegurados a todos os cidadãos passam a ser revistos para “harmonizar” os gastos públicos com o crescimento da economia capitalista. No Brasil, em especial no caso da educação, destaca-se a implementação de programas de controle de resultados de desempenho de alunos e instituições, bem como incremento de parcerias entre Estado-Sociedade. (ALMEIDA JÚNIOR, 2001).

No decorrer dos anos 1990, as reformas educacionais eclodiram no país sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e foram influenciadas pelas políticas neoliberais e pelas instituições multilaterais que definiam as políticas educacionais, colocando a educação como estratégia para ascensão do país na agenda global. Agregado a isso está a alta taxa de analfabetismo, que era de cerca de 20% da população brasileira. Em 1987, com 21,5% da população analfabeta, em 1988 com 20,5% e 1989 com 20,1% na população (com mais de 7 anos). Em 1990, o número chega a 45,8% da população analfabeta para famílias que têm rendimento mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ do piso nacional salarial (FERRARO, 2002)⁹.

Para Antunes (2008) “‘empresa enxuta’, ‘empreendedorismo’, ‘cooperativismo’, ‘trabalho voluntário’, ‘colaboradores’, são expressões disfarçadas de trabalho que, em verdade, ocultam os reais significados” (ANTUNES, 2008, p.2), é nesse ambiente que os profissionais têm seus trabalhos flexibilizados, com contratos carentes de direitos. Essa tendência se propaga para todos os trabalhadores do mundo.

2.2 RESPONSABILIZAÇÃO DAS PROFESSORAS

A escola, desde a Revolução Industrial (século XVIII) até os dias de hoje, tem praticamente a mesma função social: continua responsável pela formação de mão de obra qualificada e de “docializar” os corpos dos indivíduos perante a ideologia vigente, por meio de programas governamentais à luz da lógica econômica. Os indivíduos são adequados a atender as exigências estabelecidas pelo padrão almejado.

⁹ Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008100003>> Acessado em 14 de abril de 2024.

A educação pública também vira objeto de disputa econômica. Com a introdução da lógica empresarial, a estrutura física e organizacional das escolas públicas não consegue acompanhar tais exigências e o caminho para a terceirização da educação pública se torna inevitável, pois o capital tem interesse direto na privatização dos setores públicos, como forma de ampliação de mercados. Para Freitas, “a terceirização de escolas para a iniciativa privada com ou sem fins lucrativos é um mecanismo que permite a criação de um mercado inicial que no futuro passa a ser objeto dos *vouchers*” FREITAS (2018). Tais *vouchers* já são realidade na educação catarinense. Com a aplicação do novo ensino médio¹⁰ ampliou-se a possibilidade do Estado em ofertar cursos/módulos/disciplinas na rede privada através dos *vouchers*. Assim, o aluno passa a dividir sua carga horária entre a escola pública e a educação privada, diminuindo a carga horária de trabalho de professoras da rede pública.

Na última década, docentes também sofreram com ataques à liberdade e autonomia em sala de aula. Projetos de Lei foram votados e implementados para limitar o que a professora possa falar em sala de aula. O “Programa Escola Sem Partido”, também conhecido como “Lei da Mordaça” na comunidade escolar, é um exemplo da perseguição que teve início no Estado do Rio de Janeiro (PL nº 7.180/2014 e PL nº 867/2015) e que incentivou mais de 200 projetos de lei semelhantes no Brasil. Segundo o ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior)¹¹, foram mapeados 237 projetos (214 apresentados para municípios e 23 apresentados ao Congresso Federal) que em suma abordam os temas de educação “Antigênero”, “Infância sem Pornografia” e “Escola Sem Partido”, buscando uma educação que priorize os “valores familiares”. Ainda segundo os projetos de lei, aspectos relacionados a educação moral, sexual e religiosa devem ser tratados apenas na esfera privada e não em sala de aula, como descritos no PL 10.659/2018: “não interferência e respeito às convicções religiosas, morais, religiosas e políticas do aluno, vedada a adoção da ideologia de gênero ou a orientação sexual.”

¹⁰ Governo de SC lança Programa Educação Empreendedora para qualificação profissional em parceria com o SENAI. Disponível em: <<https://www.sed.sc.gov.br/governo-de-sc-lanca-programa-educacao-empresarial-para-qualificacao-profissional-em-parceria-com-o-senai/>>. Acessado em 18 de abril de 2024.

¹¹ Levantamento aponta mais de 200 projetos de lei pelo país que censuram liberdade de ensinar e aprender; Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/levantamento-aponta-mais-de-200-projetos-de-lei-pelo-pais-que-censuram-liberdade-de-ensinar-e-aprender1>>. Acessado em 18 de abril de 2024.

Tais projetos foram barrados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com a premissa de que violam a liberdade constitucional de ensinar, interdita o pluralismo de ideais e que as professoras têm a liberdade de expressão no exercício profissional.

2.3 SINTOMAS DO SUJEITO NEOLIBERAL

O processo de domesticação dos corpos passou também para a domesticação das mentes e do discurso psicológico, que logo se fundiu com o discurso econômico vigente, o qual está em função do fortalecimento da sociedade capitalista. Estes discursos exaltam a máxima da liberdade e da fantasia da “empresa de si”, assim, o sujeito se torna o único responsável pela própria felicidade, sendo o produtor em todas as esferas de sua vida. O contraponto disso é o controle do Estado, como apresentado por Dardot e Laval (2016):

O paradoxo em torno do qual gira o diagnóstico clínico é que as instituições que distribuem os lugares, determinam as identidades, estabilizam as relações e impõem os limites são cada vez mais regidas por um princípio de superação contínua dos limites, um princípio que a neogestão tem o encargo de pôr em prática. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 353)

O sujeito neoliberal já tem interiorizado a falsa noção de felicidade e os meios de sua busca são justamente as causas de suas infelicidades e doenças. São indivíduos afetados pela individualização da responsabilidade, que buscam a felicidade criada, idealizada e inalcançada, gerando sensações de fracasso pois, segundo o discurso neoliberal formatado nos indivíduos, a felicidade depende somente dos próprios indivíduos, sobrando apenas a sensação de insucesso a estes. Segundo Dardot e Laval (2016) o sujeito neoliberal possui seis sintomas: o sofrimento no trabalho e autonomia contrariada, corrosão da personalidade, desmoralização, depressão generalizada, dessimbolização e perversão comum, que explicaremos na sequência. Vale reforçar que são sintomas, ou seja, consequência, pois são criados pela modernização capitalista.

O **sofrimento no trabalho e autonomia contrariada** estão presentes no estresse e no assédio, já reconhecidos nos locais de trabalho como “riscos psicossociais” dolorosos, perigosos e especialmente onerosos para os seguros

coletivos. Nessa linha, o estresse é fruto da individualização das responsabilidades, com as exigências de trabalho aumentando e a intensificação por resultados, o trabalhador se vê diante de tarefas impossíveis e tendo que lidar com a possível perda de prestígio entre seus chefes e seus pares. O risco profissional põe em voga a vulnerabilidade do indivíduo, que aqui já tem interiorizado a “coerção de mercado”, fazendo com que a incerteza do mercado competitivo faça indivíduos assumirem como fracasso pessoal, como desvalorização.

Por vezes apresentada como oportunidade trabalhista, a flexibilização do trabalho **corrói tudo que existe de estável na personalidade** e destrói o caráter dos indivíduos. Os laços criados durante o trabalho, os valores e as referências são destruídos com os novos modelos de trabalho. A instabilidade dos projetos e a variação das equipes, traz o mínimo de confiabilidade e lealdade entre os funcionários, que passa para a esfera pessoal: “O capitalismo do curto prazo ameaça corroer [...] o caráter em particular os traços de caráter que unem os seres humanos uns aos outros e dão a cada indivíduo um sentimento durável de seu eu” (Richard Sennett, 2000, apud Dardot e Laval 2016).

A corrosão do caráter está estritamente ligada à corrosão dos laços sociais, a **desmoralização** das relações do indivíduo são fruto da ideologia do *self-help*, onde o trabalhador é instigado, nas suas relações trabalhistas, a “não dever nada a ninguém”, a ser estritamente operacional e objetivo. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 356), é isso que destrói o vínculo social, pois, o vínculo social repousa nos deveres de reciprocidade para com o outro, sem isso, sobram as relações baseadas na desconfiança e rancor, que podem os levar os indivíduos a sensação de serem ineficazes e inúteis no trabalho.

Outro sintoma da modernidade capitalista é a **depressão generalizada**. O indivíduo que vive sob o discurso da “realização de si mesmo” e do “sucesso de vida” está sujeito também ao fracasso, à perda e à infelicidade. Essa norma social de felicidade criada quando não atingida leva à “doença da responsabilidade”. O indivíduo tem sido orientado a despender grande parte do seu tempo a uma constante capitalização pessoal para enriquecer sua “empresa”, o qual leva ao “cansaço de si mesmo”. Como solução, o remédio mais disseminado para essa situação é a dopagem generalizada. A medicação toma lugar do papel enfraquecido das instituições, que deveriam apoiar, assistir e proteger os indivíduos isolados.

O sujeito é constantemente intimado a fazer escolhas, como em um dia “trocar de carro; no outro, de parceiro; no outro, de identidade; e no outro, de sexo, ao sabor de suas satisfações e suas insatisfações” (Dardot e Laval, 2016, p. 358), a **dessimbolização** do mundo é fruto da instrumentalização por parte da lógica econômica capitalista:

As identificações com cargos, funções, competências próprias da empresa, assim como a identificação com grupos de consumo, sinais e marcas da moda e da publicidade, funcionam como substituições substitutivas em relação aos lugares ocupados na família ou ao status na cidade. A manipulação dessas identificações pelo aparato econômico faz delas “ideais voláteis do eu, em constante remodelação” . Em outras palavras, a identidade tornou-se um produto consumível. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 358)

Se o capitalismo torna tudo produto, consome recursos naturais e também o material humano, as formas institucionais e simbólicas também são alvo da lógica capitalista que, aqui são substituídas por empresas e mercados (Dufour apud Dardot e Laval, 2016 p.358).

Se tudo vira mercadoria, negócio, se tudo parece possível, tangível, logo, tudo é duvidoso. Na objetificação de tudo, Dardot e Laval acrescentam:

[...] quanto mais o ser humano envereda por esse vício em objetos mercantis, mais tende a tornar-se ele próprio um objeto que vale apenas pelo que produz no campo econômico, um objeto que será posto de lado quando tiver perdido a “performance”, quando não tiver mais uso. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 360)

Essa **relação perversa** com o objeto se torna **comum**. Nesse sentido, as relações sociais já não são mais as mesmas, as pessoas passam a ser objetos que são descartados assim que considerados insuficientes, tornando-se o novo padrão para as relações sociais. Na racionalidade neoliberal, encontramos o curso dessa perversão generalizada, “o derrotado sobre por sua insuficiência, e o vencedor tende a fazer os outros sofrerem como objetos sobre os quais exerce seu domínio” (DARDOT E LAVAL, 2016, p.371).

Caponi e Daré (2020) dialogam a respeito da forma como o discurso neoliberal está intrínseco nos indivíduos:

Para entender a aceitação e a naturalização desse processo de construção da subjetividade no neoliberalismo, é preciso lembrar que a construção do capital humano tem início na primeira infância, especificamente no investimento educativo que foi feito ao longo da vida do indivíduo. Isto é, depende dos recursos que foram acumulados para a construção do empresário de si, desde o âmbito escolar até a universidade, e também no processo de educação contínua e permanente que lhe permita garantir a desejada flexibilidade laboral (FOUCAULT APUD CAPONI E DARÉ, 2020. p 309)

As autoras ainda citam que “por meio da educação, já na primeira infância, ocorrerá a aquisição de competências e habilidades que poderão oferecer compensações futuras” (CAPONI E DARÉ, 2020, p. 310). O papel da escola é fundamental para fabricar sujeitos que reforcem os ideais individuais, que neguem fatores sociais que fazem parte do processo educacional e que sejam regulados por processos avaliativos constantemente realizados.

3 SOBRECARGA DA DOCÊNCIA EM SC E O PROCESSO DE ADOECIMENTO MENTAL

3.1 PERFIL DAS PROFESSORAS

É comum encontrarmos perfis variados de professoras, são diversas idades dentro da escola. Santa Catarina permite que graduandos possam se candidatar para vagas de docentes no ensino a partir da 5ª fase de suas graduações e, conforme disponibilidade das vagas, já pode ministrar tais aulas sendo remunerado como não habilitado (cerca de 30% a menos do que a professora habilitada).

Já para se aposentar, é necessário trabalhar 30 anos em sala de aula para conseguir ter acesso a esse direito. Antes de 2021, eram 25 anos de trabalho para as professoras. Esse novo tempo de serviço estipulado se dá através da nova regra, a qual foi aprovada por meio da Reforma Previdenciária dos servidores públicos de Santa Catarina através do Projeto de Emenda Constitucional 05/2021 e do Projeto de Lei Complementar 10/2021¹².

Para além desse contexto etário, onde encontramos professoras em processo de formação (no sentido da primeira graduação, pois ser docente é estar em constante processo de formação) e encontramos professoras ao final da carreira em fase de aposentadoria. Nesse marco diverso, no que se refere a idades e níveis de formação, devemos registrar algumas especificidades no que se refere a fatores de gênero e raça, na medida que o impacto dos conflitos vivenciados na saúde podem ser muito diferentes. É necessário pontuar que, aplicamos a noção de gênero de Saffioti (2015), não o compreendendo como neutro, mas sim como algo que “carrega uma dose apreciável de ideologia”, no caso, ideologia patriarcal. Para Saffioti, o capitalismo não criou a inferiorização social das mulheres, mas se aproveita do imenso contingente feminino, acirrando a disputa e, portanto, aprofundando a desigualdade entre os sexos. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho não se deu igualmente em todos os setores, em geral, cresceu para as atividades mais precárias dentro do sistema capitalista.

¹² Reforma da previdência em SC: veja o que foi aprovado na votação da Alesc. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/08/05/reforma-da-previdencia-em-sc-veja-o-que-foi-aprovado-na-votacao-da-ale-sc.ghtml>> Acessado em 16 de abril de 2024.

Importante ressaltar que o relatório disponibilizado pela Secretaria de Educação de Santa Catarina, que será analisado neste trabalho, não contempla a divisão por gênero. Apesar de solicitada, essa demanda não foi atendida. Mas cabe aqui citar que os chamados mal estares de gênero podem passar a ser vistos como patologia. Por exemplo, a soma do estresse no trabalho com a carga de cuidado familiar, pode vir a gerar sofrimentos em mulheres que vivenciam relações de poder patriarcal, dificuldades para dormir, fadiga crônica, nervosismo, perda ou aumento de apetite, dentre outras que podem passar a ser traduzidas como sintomas de uma patologia mental, que passará a ser medicada com psicofármacos.

Apesar do relatório não contemplar a divisão de raça, que também foi solicitado ao Governo do Estado, é necessário pontuar sobre o impacto de ser negro na sociedade em que vivemos, como o racismo afeta as esferas do indivíduo. Segundo Silvio de Almeida (2019), racismo pode ser entendido como:

[...] uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre 'pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição.' (ALMEIDA, 2019, p. 33)

Ainda segundo o autor, por fazerem parte do processo social, as instituições também contribuem para manutenção e reprodução do racismo, pois as instituições são a materialização da estrutura social que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos, as instituições são racistas porque a sociedade é racista. O corpo negro é marcado pelo racismo, pois

[...] homens brancos não perdem vagas de emprego pelo fato de serem brancos, pessoas brancas não são "suspeitas" de atos criminosos por sua condição racial, tampouco têm sua inteligência ou sua capacidade profissional questionada devido à cor da pele. (ALMEIDA, 2019, p. 35)

Associando os fatores de gênero e raça, tem-se um panorama de inserção no mercado de trabalho duplamente marginalizado para as mulheres

negras. A discriminação pelo gênero feminino e pela pele escura jogam mulheres e pessoas negras aos postos menos remunerados, com menor prestígio e menos garantias no mercado de trabalho capitalista.

3.2 FASES DA CARREIRA DOCENTE

Huberman (2000) apresenta cinco fases da carreira docente, estas são baseadas no tempo de carreira das professoras. Foi categorizado as características dos docentes ao longo de suas carreiras profissionais. O autor aponta ainda que há uma série de subjetividades que influenciam ou alteram a sequência das fases que ele propôs:

O desenvolvimento de uma carreira é, assim, um processo e não uma série de acontecimentos. Para alguns, este processo pode parecer linear, mas, para outros, há patamares, regressões, becos sem saída, momentos de arranque, discontinuidades. O fato de encontrarmos sequências-tipo não impede que muitas pessoas nunca deixem de praticar a exploração, ou que nunca estabilizam, ou que desestabiliza por razões de ordem psicológica (tomada de consciência, mudança de interesses ou de valores) ou de exteriores (acidentes, alterações políticas, crise econômica). (HUBERMAN, 2000, p. 38).

Para este autor, as cinco fases no desenvolvimento da carreira docente de professoras da educação básica são apontadas na figura 1, e são descritas como:

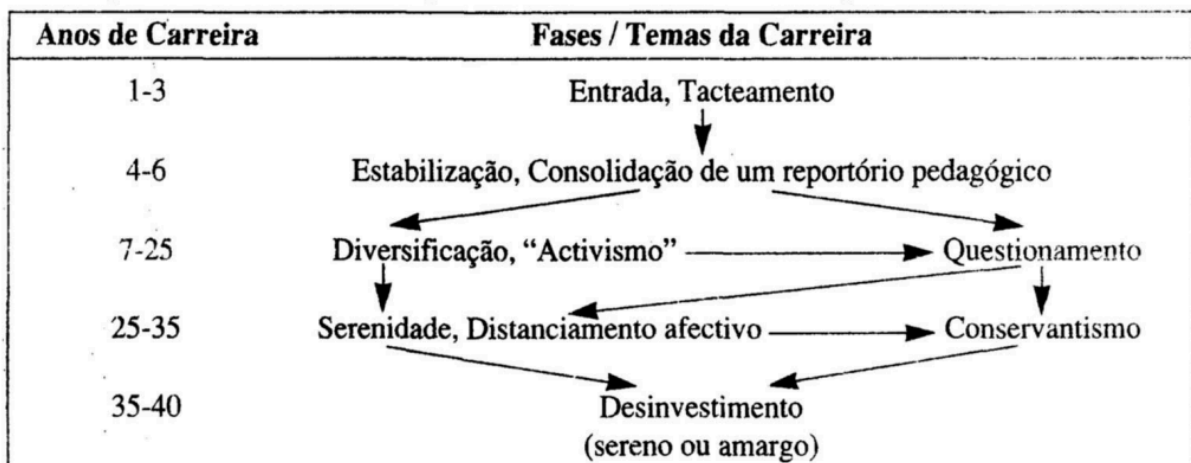
1. **Entrada na carreira e tateamento** (1 a 3 anos de carreira): fase onde as professoras têm o choque de realidade ao ter o primeiro contato com as atividades docentes. Esse é o momento da descoberta, de realizar experiências pedagógicas e de vivenciar e se adaptar à realidade escolar.
2. **Estabilização, Consolidação de um repertório pedagógico** (4 a 6 anos de carreira): é o momento onde a docente tem maior segurança, liberdade e autonomia em suas atividades escolares. A formação e consolidação de uma identidade profissional como professora se faz presente nesta fase.
3. **Diversificação, Ativismo ou Questionamento** (7 a 25 anos de carreira): as professoras são mais motivadas e dinâmicas, procurando diversificar os

conteúdos pedagógicos, avaliações, planos de aula e ensino, etc. Essa fase também pode ser caracterizada pelo questionamento sobre a carreira, uma possível crise ao projetar seu futuro profissional, seja pela rotinização das atividades ou pela pouca valorização docente.

4. **Serenidade, Distanciamento afetivo ou Conservantismo** (25 a 35 anos de carreira): nessa fase, as professoras apresentam maior sensação de confiança e segurança entre os seus pares. Há também um distanciamento afetivo por parte dos alunos por conta do distanciamento geracional. O conservantismo aparece como opção nesta fase, onde os alunos apresentam avaliações negativas (mal-educados) e o afastamento dos colegas de trabalho mais novos. A nostalgia, resistência à inovação e a rigidez estão presentes na fase quatro.
5. **Desinvestimento** (sereno ou amargo) (35 a 40 anos de carreira): fase caracterizada pelo final da carreira docente. Aqui as professoras se desvinculam pouco a pouco das questões escolares, empenhando seu foco em projetos pessoais e projetando a aposentadoria. Dependendo do desenvolvimento na fase anterior, a fase cinco pode ser marcada pela serenidade ou pelas lamentações.

Essas cinco fases apresentadas traçam características que são vivenciadas e citadas nas entrevistas com as professoras no decorrer da pesquisa.

Figura 1 - Fases da carreira docente



Fonte: Huberman (2000).

3.3 ACT X EFETIVO

Ao analisar o processo de adoecimento dos docentes da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina, é necessário destacar inicialmente a diferenciação de contratação entre as professoras efetivas (admitidos por concurso público, que gozam de estabilidade e vínculo ininterrupto) e as professoras temporárias (chamados de ACT's, sigla para Admitido em Caráter Temporário). Segundo Latorre (2013, p.34) a “admissão em caráter temporário [...] é parte do programa liberal e da sua união estreita com os processos de reestruturação produtiva e incremento da gerência toyotista no mundo do trabalho”.

No Quadro 1, são apresentadas brevemente algumas diferenças entre os regimes de contratação em relação ao amparo trabalhista, desde a remuneração até os direitos a licenças.

Quadro 1 - Comparativo de direitos trabalhistas entre professores efetivos e professores ACTs

Direitos	Efetivos	ACTs
Salário	20 ou 40h	A depender do número de aulas ministradas
Remuneração por titulação	Sim	Não
Número de salários anuais	12	11
Proporcional de férias	1/3 de 12 salários (33,33%)	1/3 de 11 salários (30,55%)
Proporcional de 13º salário	100% salário	91,67% salário
Acompanhamento para familiar	Sim	Não

Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina

Para Latorre (2013), o formato de contratação dos ACTs é adequado às necessidades do capital, uma vez que determina retrocessos à classe trabalhadora nas esferas políticas, econômica e sindical:

Na educação, os contratos temporários têm tornado o professor de escola pública um verdadeiro “boia fria” migrando de escola em escola à procura de trabalho, sem vínculos permanentes com os locais de trabalho e pouca organização sindical ou política como resistência (LATORRE, 2013, p.35).

Em dados recentes fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação (SED), a maioria das professoras em sala de aula são contratadas em regime ACT. São 32.711 ACTs frente a apenas 18.515 professoras efetivas.

Em entrevista ao SINTE¹³ (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), o secretário de imprensa do SINTE, Sandro Cifuentes ressalta a importância de haver concursos para que o Estado tenha mais professoras efetivas:

A partir do momento que tivermos trabalhadores capacitados, reconhecidos e efetivos, toda a sociedade vai ganhar e ser beneficiada. Ganham os trabalhadores da Educação, que poderão ter mais qualidade de vida e fazer planos a longo prazo; ganha a sociedade, com a garantia da oferta de um serviço de qualidade, prestado por trabalhadores motivados; e ganham as escolas, que passam a ter a garantia de um quadro estável de trabalhadores e poderão aprofundar os debates do processo de ensino/aprendizagem, poderão reconstruir seus planos pedagógicos para todas as unidades escolares. (SINTE, 2023)

As professoras ACTs são contratadas para atender situações de afastamento de professoras efetivas, como licenças para tratamentos de saúde, licença prêmio, licença maternidade, dentre outros. O tempo de contrato varia conforme a necessidade da professora e da escola, variando de 15 dias até contrato de 11 meses, o que gera insegurança para as servidoras e impactos sobre os direitos trabalhistas, como as férias, que são garantidas somente após um ano ininterrupto de trabalho, o 13º, que é pago conforme o tempo proporcional trabalhado e, principalmente sobre a aposentadoria, visto que quando acabam os contratos ACT,

¹³ Entrevista realizada pelo SINTE e publicada em 30 de julho de 2023. Disponível em: <<https://sinte-sc.org.br/Noticia/21900/concurso-publico-e-uma-urgencia-da-educacao-catarinense#:~:text=Atualmente%2C%20segundo%20a%20pr%C3%B3pria%20SED,h%C3%A1%20somente%2013.703%20professores%20concursados>> Acessado em 18 de abril de 2024.

as contribuições previdenciárias deixam de ser recolhidas. Diariamente as vagas são ofertadas através da plataforma online do Governo do Estado.¹⁴

A docente ACT estará diante de uma nova escola a cada ano (ou período de contratação), é sempre uma nova comunidade, uma realidade escolar diferente para se habituar, dificultando o vínculo com a escola, com os estudantes e com todo o desenvolvimento pedagógico.

As docentes se veem obrigadas a aceitar as vagas que sobraram nas escolas, muitas vezes trabalham em mais de uma escola para conseguir uma carga horária mínima para sobreviver. Para além disso, as aulas também ocorrem em diferentes turnos e com conteúdos diversos, visto que as docentes também aceitam ministrar conteúdos e disciplinas variados, situação agravada ainda mais com as novas disciplinas e trilhas impostas pelo Novo Ensino Médio¹⁵

Sousa (2002) relata que "todos os que são professores conhecem essa experiência devastadora: ser profissional e psiquicamente demolido por crianças ou jovens que os destituem do lugar de professores, não pelo fracasso, mas pela ausência, pela recusa em entrar no jogo da escola" (p.109). Ser professora é constantemente se sentir socialmente abandonado e mesmo assim não renunciar tão facilmente a essa atividade.

No ambiente de trabalho a professora é levada então a não se humanizar, muito pelo contrário; por ser trabalhadora no sistema capitalista, acaba se descaracterizando, não se encontra e nem tampouco se realiza na atividade que desempenha. A busca pela utilização de medicamentos tem objetivo de manter docentes funcionais dentro da sala de aula e isso só reafirma como o trabalho perdeu a função humanizada e passou a alienar o sujeito. A medicação se torna uma forma de dopar as trabalhadoras para depois enviá-las direto para as salas de aula.

O sofrimento que advém dessas situações do trabalho traz a necessidade de compreender as subjetividades em que o sujeito está posto e as suas defesas diante do próprio adoecimento, pois os trabalhadores da educação também permanecem sujeitos dos seus trabalhos. A demanda capitalista pela produtividade

¹⁴Ocupação de vagas - Professores ACT SC. Disponível em: <<https://ocupacaodevagas.sed.sc.gov.br>> Acessado em 18 de abril de 2024.

¹⁵ Escolas estaduais ofertam ao menos 1526 disciplinas no novo ensino médio. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/03/escolas-estaduais-ofertam-ao-menos-1526-disciplinas-no-novo-ensino-medio.shtml>> Acessado em 18 de abril de 2024.

junto com as exigências sociais leva a professora à angústia; é a perfeição que não é atingida, é o sucesso que se torna o fracasso. Muitas vezes se encontra sem as devidas respostas para as situações demandadas pelos alunos, pais e direções escolares. A professora que adocece por não conseguir atender às demandas do cotidiano escolar se sente incompetente e frustrada com o ato pedagógico. A docência, que historicamente é carregada de muitas expectativas e demandas, se vê desvalorizada socialmente e com uma série de implicações que levam milhares de docentes ao sofrimento psíquico.

Seligmann-Silva destaca como questões sociais colaboram para o adoecimento mental das trabalhadoras:

Além do que se modificou no mundo do trabalho, várias grandes mudanças têm sido consideradas nos impactos produzidos sobre a sociogênese dos distúrbios mentais: mudanças socioambientais, demográficas (migrações, aumento da população idosa), urbanização desordenada, hipertrofia das metrópoles, intensificação da velocidade dos meios de transporte e de comunicação, aumento da violência em muitos contextos, poder das mídias, expansão tecnológica em geral, além de tantas outras que afetam a cultura – os modos de perceber o mundo e andar na vida. SELIGMANN-SILVA (2013, p. 212)

Ações de promoção da saúde mental, seja feita pelos governos, pelos sindicatos e/ou associações, é de suma importância para dar luz a esses aspectos que tornam a atividade de lecionar um fator de adoecimento. Assim, conhecendo o impacto que a realidade da organização do trabalho imprime nas trabalhadoras da educação, podemos ter ações de prevenção e promoção à saúde no contexto laboral.

3.4 O PROCESSO DE ADOECIMENTO

O Ministério da Saúde atualizou a lista de doenças relacionadas ao trabalho; ao todo no ano de 2023 foram inseridas 165 novas patologias, passando de 182 para 347 patologias ao todo¹⁶. Ainda segundo o Ministério da Saúde, mais de

¹⁶Atualização da lista de doenças relacionadas ao trabalho. Disponível em: <<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/12/29/nova-lista-de-doencas-relacionadas-ao-trabalho-entra-em-vigor-com-covid-burnout-e-mais-entenda-o-que-muda.ghtml#lista>> Acessado em 18 de abril de 2024

3 milhões de casos de doenças ocupacionais foram atendidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde) nos últimos 15 anos. A inserção dessas novas patologias, acompanha a necessidade da importância de ter uma listagem atualizada e condizente com a realidade laboral, como a adição de algumas doenças relacionadas (derivadas) de violências e assédio moral/sexual (psicológicas), nota-se a ampliação dos transtornos mentais por conta dessas circunstâncias referentes ao trabalho. A primeira edição da lista de doenças relacionadas ao trabalho foi criada em 1999.

Uma das inclusões mais importantes à lista foi do *Burnout*, também conhecida como “doença do trabalho”; corriqueira nos trabalhadores, estudos apontam que empresas brasileiras tiveram aumento nos casos de *burnout* de 18% em 7 anos¹⁷. Estima-se que a síndrome impacte ainda de 20% a 25% dos trabalhadores no Brasil. O *burnout*, como categoria médica, mostra que a sociedade sofre dos sintomas do excesso de trabalho, das competições e das responsabilidades que são postas nos ombros dos trabalhadores.

A ideia neoliberal implementada de cobrança exacerbada pelo desempenho e produtividade afeta as inseguranças dos indivíduos na busca pelo sucesso no trabalho. O *burnout* é uma resposta do corpo para as tantas tarefas que o trabalhador é sujeitado, causando desgaste físico e mental. Pode-se traduzir *burnout* como “esgotamento”. De fato, esse sintoma criado pelas condições de trabalho exploratórias leva o trabalhador ao limite, esse adoecimento leva o indivíduo a se consumir ao extremo.

O *burnout* passa então de ser um problema social a ser considerado como um problema médico, mais um sintoma da modernização capitalista que é patologizado para posteriormente ser medicalizado. Segundo James Davies (2022), a medicalização com psicotrópicos é uma tentativa de camuflar os problemas sociais mais estruturais, trazendo uma estabilização a curto prazo, mas que a médio e longo prazo tornam a situação mais agravante. Os “pacientes” são tratados com “drogas legais”, em vez de utilizar outras terapias. Ainda segundo Davies (2022), um enorme mercado é criado para atender esse grande número de pessoas com algum

¹⁷ Pesquisa apresentada no 39º Congresso Brasileiro de Psiquiatria, que aconteceu entre os dias 5 e 8 de outubro em Fortaleza, constatou que a incidência de *burnout* cresceu 18% entre 2015 e 2022. A pesquisa é de autoria da Gattaz Health & Results. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Comportamento/noticia/2022/10/burnout-aumentou-18-em-tre-funcionarios-de-empresas-brasileiras-em-7-anos.html>> Acessado em 18 de abril de 2024.

transtorno; são utilizados medicamentos mais baratos e supostamente mais eficazes ofertados pelas empresas farmacêuticas, as pessoas precisam ser tratadas e o uso de psicotrópicos é fundamental para atender essa demanda.

A utilização destes medicamentos, além de potencializar a indústria farmacêutica, mascara os verdadeiros problemas sociais e os transformam em deficiências individuais, os quais são “remediáveis” pelo discurso médico-psiquiátrico, que, segundo Davies, é funcional à lógica neoliberal.

As causas da síndrome do esgotamento profissional, caracterizadas pela Classificação Internacional de Doenças (CID), são o estresse crônico, tensão emocional derivada do ambiente de trabalho por condições físicas, psicológicas e emocionais desgastantes. Ansiedade, depressão e tentativa de suicídio também foram adicionados como patologias que podem ser oriundas do estresse psicológico no ambiente de trabalho.

A síndrome de *burnout* era categorizada no CID-10 como Z73.0 (esgotamento), e estava presente na subcategorização Z73 - Problemas relacionados com a organização de seu modo de vida. Em nova versão apresentada no ano de 2022, agora com código QD85, faz parte da subcategoria “Problemas associados ao emprego ou desemprego” e tem como definição da Organização Mundial da Saúde (OMS)¹⁸:

Burnout é uma síndrome conceituada como resultante de estresse crônico no local de trabalho que não foi gerenciado com sucesso. É caracterizada por três dimensões: 1) sentimentos de esgotamento ou exaustão energética; 2) aumento da distância mental do trabalho ou sentimentos de negativismo ou cinismo relacionados ao trabalho; e 3) uma sensação de ineficácia e falta de realização. Burnout refere-se especificamente a fenômenos no contexto ocupacional e não deve ser aplicado para descrever experiências em outras áreas da vida. (OMS, 2024)

A solução para o tratamento da síndrome de *burnout* e para outros transtornos mentais oriundos do discurso neoliberal, que para além de um conjunto de diretrizes econômicas é também um conjunto de princípios orientadores da vida, não é somente a utilização de tratamentos psicofármacos, é necessário repensar e modificar as condições de trabalho. Os altos índices de diagnósticos dos transtornos

¹⁸ QD85 - CID-11. Disponível em: <<https://icd.who.int/browse/2024-01/mms/en#129180281>>. Acessado em 18 de abril de 2024.

mentais deverão ser vistos como um alarme que alerta para mudar as condições precárias de trabalho e para olhar detidamente o impacto que provocam na vida dos trabalhadores e não como sendo transtornos mentais. O Estado e as entidades sindicais precisam se mobilizar para que os profissionais não sejam dopados para retornarem aos seus trabalhos de forma tão repentina.

3.5 AS DOENÇAS MAIS PRESENTES NO AMBIENTE ESCOLAR

A primeira Classificação Internacional da Doença (CID) foi aprovada em 1893, e desde então vem sendo revisada e atualizada pela OMS. A versão utilizada neste trabalho é o CID-10, visto que a versão aprovada em 2022, CID-11, não estava presente quando o relatório fornecido pela Secretaria de Estado da Educação (SED) foi disponibilizado e para além disso, o período analisado, de 2017 a 2019, ainda continha diagnósticos feitos em cima do CID-10.

O relatório disponibilizado pela SED, é dividido em 4 partes: a primeira referente ao “Auxílio-doença de até 15 dias”, seguido pela “Licença para tratamento de saúde”, depois pelos dados de “Readaptação” e por último os dados referentes às docentes que foram “Considerados definitivamente inválidos”. O relatório utiliza a versão do CID-10 para a classificação dos grupos de patologia, são 21 capítulos organizados em códigos das doenças, conforme Quadro 2:

Quadro 2 - Grupos de Patologia segundo a Classificação Internacional de Doenças CID-10

Grupo de Patologia	Descrição	Código Internacional de Doença (CID)
Capítulo I	Algumas Doenças Infecciosas e Parasitárias ¹⁹	A00-B99
Capítulo II	Neoplasias (Tumores) ²⁰	C00-D48
Capítulo III	Doenças do Sangue e dos Órgãos Hematopoiéticos e	D50-D89

¹⁹ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap01_3d.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

²⁰ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/c00_d48.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

	Alguns Transtornos Imunitários ²¹	
Capítulo IV	Doenças Endócrinas, Nutricionais e Metabólicas ²²	E00-E90
Capítulo V	Transtornos Mentais e Comportamentais ²³	F00-F99
Capítulo VI	Doenças do Sistema Nervoso ²⁴	G00-G99
Capítulo VII	Doenças do Olho e Anexos ²⁵	H00-H59
Capítulo VIII	Doenças do Ouvido e da Apófise Mastóide ²⁶	H60-H95
Capítulo IX	Doenças do Aparelho Circulatório ²⁷	I00-I99
Capítulo X	Doenças do Aparelho Respiratório ²⁸	J00-J99
Capítulo XI	Doenças do Aparelho Digestivo ²⁹	K00-K93
Capítulo XII	Doenças da Pele e do Tecido Subcutâneo ³⁰	L00-L99
Capítulo XIII	Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo ³¹	M00-M99
Capítulo XIV	Doenças do Aparelho Geniturinário ³²	N00-N99
Capítulo XV	Gravidez, Parto e Puerpério ³³	O00-O99

²¹ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap03_3d.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

²² Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap04_3d.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

²³ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/f00_f99.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

²⁴ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/g00_g99.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

²⁵ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap07_3d.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

²⁶ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap08_3d.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

²⁷ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap09_3d.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

²⁸ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/j00_j99.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

²⁹ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap11_3d.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

³⁰ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/l00_l99.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

³¹ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap13_3d.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

³² Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap14_3d.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

³³ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/o00_o99.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

Capítulo XVI	Algumas Afecções Originadas no Período Perinatal ³⁴	P00-P99
Capítulo XVII	Malformações Congênitas, Deformidades e Anomalias Cromossômicas ³⁵	Q00-Q99
Capítulo XVIII	Sintomas, Sinais e Achados Anormais de Exames Clínicos e de Laboratório não Classificados em Outra Parte ³⁶	P00-P96
Capítulo XIX	Lesões, Envenenamento e Algumas Outras Consequências de Causas Externas ³⁷	S00-T98
Capítulo XX	Causas Externas de Morbidade e de Mortalidade ³⁸	V01-Y98
Capítulo XXI	Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde ³⁹	Z00-Z99
	Códigos para Propósitos Especiais	U00-U99

Fonte: Relatório de dados estatísticos 2021. Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Saúde do Servidor.

A décima versão do CID visa o controle e monitoramento epidemiológico das doenças. A utilização deste CID na análise de incidência das doenças ajuda a compreender melhor o perfil das doenças, possibilitando ações para melhoramento das condições de trabalho.

Na Tabela 1 são apresentados os afastamentos curtos, de até 15 dias. Estes podem ser prolongados a partir de uma nova consulta:

³⁴ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap16_3d.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

³⁵ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap17_3d.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

³⁶ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap18_3d.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

³⁷ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap19_3d.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

³⁸ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap20_3d.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

³⁹ Ver rol de doenças em <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/z00_z99.htm>. Acessado em 06 de março de 2024.

Tabela 1 - Auxílio-Doença até 15 dias (AD-15)

Grupo de Patologia	Ano Início					
	2017		2018		2019	
	Qtidade	% Coluna	Qtidade	% Coluna	Qtidade	% Coluna
Capítulo I	443	5,3	518	5,0	574	5,1
Capítulo II	69	0,8	82	0,8	94	0,8
Capítulo III	17	0,2	14	0,1	13	0,1
Capítulo IV	48	0,6	60	0,6	62	0,6
Capítulo V	1.527	18,2	1.945	18,6	2.336	20,9
Capítulo VI	108	1,3	161	1,5	185	1,7
Capítulo VII	334	4,0	546	5,2	430	3,8
Capítulo VIII	119	1,4	188	1,8	169	1,5
Capítulo IX	230	2,7	244	2,3	281	2,5
Capítulo X	1.260	15,0	1.361	13,0	1.305	11,7
Capítulo XI	442	5,3	552	5,3	546	4,9
Capítulo XII	98	1,2	98	0,9	94	0,8
Capítulo XIII	988	11,8	1.260	12,0	1.295	11,6
Capítulo XIV	383	4,6	432	4,1	447	4,3
Capítulo XV	431	5,1	429	4,1	428	3,8
Capítulo XVI	1	0,0	1	0,0	6	0,1
Capítulo XVII	8	0,1	6	0,1	6	0,1
Capítulo XVIII	526	6,3	640	6,1	639	5,7
Capítulo XIX	552	6,6	695	6,7	607	5,4
Capítulo XX	24	0,3	43	0,4	43	0,4
Capítulo XXI	789	9,4	1.166	11,2	1.586	14,2
Total	8.397	100,0	10.441	100,0	11.176	100,0

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos de Santa Catarina, 2021.

Analisando os dados do relatório, em 2017 foram avaliados 8.438 pedidos de benefícios de auxílio-doença de até 15 dias e 8.397 pedidos foram aprovados. No ano seguinte, foram aprovados 10.441 pedidos, aumento de 24%. Em 2019, o número aumentou 7% referente ao ano anterior, sendo aprovados 11.176 pedidos de afastamento de até 15 dias. No geral, ao longo desses 3 anos citados pelo material disponibilizado pela SED, o aumento foi 33,10%, de 8.397 casos para 11.176 casos.

Com 51.226 professoras em salas de aula no Estado (2023), temos um número próximo a 20% de professoras que solicitaram afastamento por até 15 dias. O Grupo de patologia “Capítulo V”, equivalente a Transtornos Mentais e Comportamentais, é com uma considerável vantagem o grupo CID com maior número de afastamentos. O Capítulo V é formado pelas patologias presentes no Quadro 3.

O ranking de afastamentos é seguido pelo Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde (exames, risco potencial à saúde referente a circunstâncias socioeconômicas e psicossociais, históricos familiares) com 1.586 casos de afastamento em 2019, e em terceiro lugar o capítulo X - Doenças do Aparelho respiratório (influenza, infecções nas vias aéreas, doenças respiratórias, pulmonares, etc) com 1.305 pedidos deferidos por afastamento de até 15 dias no ano de 2019. Temos então o ranking liderado por doenças mentais, seguido por afastamentos ligados à investigação da saúde e em terceiro lugar problemas respiratórios.

Outro fator importante a ser mencionado é que o grupo patológico “Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde” teve o maior aumento proporcional nos 3 anos pesquisados, são 101% de aumento, de 789 para 1.586 pedidos aprovados. Seguido pelo grupo de “Causas externas de Morbidade e de Mortalidade” com aumento de 79,17%, de 24 casos para 43 casos. Importante lembrar e ressaltar que este Capítulo contém o código do *burnout* (Z73.0), conhecido como síndrome do esgotamento profissional, sendo reflexo do impacto do discurso neoliberal nos trabalhadores. O aumento de 101% nos 3 anos pesquisados é ainda mais impactante quando comparado aos demais capítulos. No ano de 2019 foram mais de 1.500 docentes que foram medicados com psicofármacos e que retornaram às escolas o mais rápido possível, para não gerar “ônus” ao Estado.

Quadro 3 - Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)

Código	Descrição
F00 e F09	Transtornos mentais e comportamentais
F10-F19	Transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de substâncias psicoativas
F20-F29	Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes
F30-F39	Transtornos do humor (afetivos)
F40-F48	Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o “stress” e transtornos somatoformes
F50-F59	Síndromes comportamentais associadas a disfunções fisiológicas e a fatores físicos
F60-F69	Transtornos de personalidade e do comportamento do adulto
F70-F79	Retardo mental
F80-F89	Transtornos do desenvolvimento psicológico
F90-F98	Transtornos do comportamento e transtornos emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou a adolescência
F99	Transtorno mental não especificado

Fonte: Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99). DataSUS.

Com aumento de 71% nos 3 anos analisados, o grupo patológico Capítulo XI passou de 108 casos para 185 casos. Ele refere-se a doenças do sistema nervoso, como: meningites, encefalite, abscessos, atrofia, doença de parkinson, torcicolo, alzheimer, degeneração cerebral, outras doenças e transtornos degenerativos, esclerose, epilepsia, enxaquecas, cefaléia, distúrbios de sono, dentre outros. É interessante analisar essa alta nos números das doenças do sistema nervoso, pois em entrevistas com algumas professoras, as doenças são citadas como fruto do estresse, da cobrança e do acúmulo de trabalho das docentes. O estresse por exemplo, quando o indivíduo tem uma ativação mais intensa do seu Sistema Nervoso Autônomo Simpático, não afeta somente o cérebro, mas o corpo todo responde a situação: aceleração dos batimentos cardíacos (taquicardia), sudorese,

compressão dos vasos sanguíneos e aumento da pressão, redução da movimentação do intestino grosso, dentre outras reações.

Para além dos aumentos listados, vale citar o aumento de 36,02% para o Capítulo II - Neoplasias (Tumores), de 42,02% para o Capítulo VIII - que trata de doenças do ouvido e da Apófise Mastóide e, por fim, aumento de 500% do Capítulo XVI - Algumas afecções originadas no período perinatal, passando de 1 caso para 6 casos em 2019. Até os 15 dias de atestado, a SED fica responsável pelo pagamento do salário, passando deste período, a remuneração do servidor ficará a cargo do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

É possível notar que novamente o capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais, está em primeiro lugar como grupo patológico mais citado nas licenças para tratamento de saúde com 3.100 pedidos aprovados em 2017, 3.232 aprovados em 2018 e 3.074 no ano de 2019 (Tabela 2). A porcentagem do total dos pedidos gira em torno de 40%, ou seja, a cada 10 professoras que têm a licença para tratamento de saúde aprovada, 4 delas são para tratar doenças mentais e comportamentais.

Com notável diferença, em segundo lugar está o capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo com 1.604 pedidos aprovados em 2017, 1.583 em 2018 e 1.384 licenças para tratamento de saúde aprovados. Importante ressaltar que doenças como osteoporose, artrite, artrose, doenças sistêmicas do tecido conjuntivo, dorsopatias, osteopatias, condropatias, transtornos internos dos joelhos (ligamentos), escoliose, espondilite, dentre outras. É uma infinidade de doenças ligadas a músculos e ossos presentes nesse grupo patológico. O capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde aparece em terceiro lugar como grupo patológico mais citado nas licenças para tratamento de saúde.

Tabela 2 - Licença para tratamento de saúde (LTS)

Grupo de Patologia	Ano Início					
	2017		2018		2019	
	Qtidade	% Coluna	Qtidade	% Coluna	Qtidade	% Coluna
Capítulo I	73	0,9	74	0,9	76	1
Capítulo II	164	2,1	201	2,5	177	2,4
Capítulo III	16	0,2	10	0,1	7	0,1
Capítulo IV	36	0,5	36	0,5	47	0,6
Capítulo V	3.100	39,2	3.237	40,5	3.074	41
Capítulo VI	132	1,7	180	2,3	118	1,6
Capítulo VII	116	1,5	113	1,4	123	1,6
Capítulo VIII	58	0,7	55	0,7	53	0,7
Capítulo IX	217	2,7	181	2,3	156	2,1
Capítulo X	291	3,7	295	3,7	265	3,5
Capítulo XI	141	1,8	144	1,8	162	2,2
Capítulo XII	43	0,5	50	0,6	40	0,5
Capítulo XIII	1.604	20,3	1.583	19,8	1.384	18,4
Capítulo XIV	151	1,9	178	2,2	164	2,2
Capítulo XV	142	1,8	111	1,4	118	1,6
Capítulo XVI	1	0	3	0	1	0
Capítulo XVII	8	0,1	4	0,1	6	0,1
Capítulo XVIII	163	2,1	170	2,1	165	2,2
Capítulo XIX	497	6,3	364	4,6	381	5,1
Capítulo XX	8	0,1	14	0,2	5	0,1
Capítulo XXI	942	11,9	987	12,4	982	13,1
Total	7.903	100,0	7.990	100,0	7.504	100,0

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos de Santa Catarina, 2021.

Importante notar que, diferente dos pedidos de afastamento de até 15 dias, o grupo patológico XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo passa a integrar o topo dos grupos patológicos, justamente pois seu tempo de tratamento é superior ao primeiro período citado de 15 dias. Essas licenças raramente são unitárias, o que ocorre na prática é que assim como em casos problemas de saúde mental, as licenças se multiplicam, ocasionando um tempo maior afastado da sala de aula.

Quando uma professora não tem mais condições de retornar a sala de aula, ela pode ser readaptada para outra função escolar (Tabela 3). Esse direito (ou benefício) é em consequência de modificações do seu estado físico ou psíquico, que podem acarretar limitações de sua capacidade funcional. Para tal, é necessário encaminhar à SED o laudo médico, exames e receitas ou prescrições médicas. Para que o direito possa ser implementado e a readaptação efetivada.

Mais de 80% dos motivos de readaptação docente são fruto de Transtornos mentais e comportamentais (Capítulo V) e Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (Capítulo XIII) em 2019, são 51,3% e 29,6% respectivamente para cada grupo. No ano de 2017 foram 808 professoras readaptadas por transtornos mentais e comportamentais, depois 759 em 2018 e 697 professoras em 2019.

Tabela 3 - Readaptação (RD)

Grupo de Patologia	Ano Início					
	2017		2018		2019	
	Qtidade	% Coluna	Qtidade	% Coluna	Qtidade	% Coluna
Capítulo I	3	0,2	3	0,2	3	0,2
Capítulo II	25	1,7	30	2,1	26	1,9
Capítulo III	1	0,1	1	0,1	0	0,0
Capítulo IV	3	0,2	4	0,3	3	0,2
Capítulo V	808	54,6	759	53,2	697	51,3
Capítulo VI	44	3,0	38	2,7	38	2,8
Capítulo VII	9	0,6	13	0,9	7	0,5

Capítulo VIII	16	1,1	15	1,1	15	1,1
Capítulo IX	31	2,1	31	2,2	24	1,8
Capítulo X	75	5,1	76	5,3	71	5,2
Capítulo XI	10	0,7	7	0,5	5	0,4
Capítulo XII	4	0,3	4	0,3	3	0,2
Capítulo XIII	392	26,5	395	27,7	402	29,6
Capítulo XIV	1	0,1	1	0,1	1	0,1
Capítulo XV	1	0,1	0	0,0	0	0,0
Capítulo XVI	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Capítulo XVII	4	0,3	3	0,2	4	0,3
Capítulo XVIII	21	1,4	20	1,4	25	1,8
Capítulo XIX	24	1,6	22	1,5	23	1,7
Capítulo XX	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Capítulo XXI	7	0,5	6	0,4	11	0,8
Total	1.479	100,0	1.428	100,0	1.358	100,0

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos de Santa Catarina, 2021.

Em entrevista com um grupo de docentes, foi citado a forma em que elas foram direcionadas a medicações como zolpidem, fluoxetina, rivotril, risperidona entre outros. Segundo as entrevistadas, essa é a lógica atual, medicar a trabalhadora para que ela volte logo à sala de aula.

Há, porém, casos onde os docentes não retornam às salas de aula e não são readaptados, nestes casos, são considerados definitivamente inválidos (Tabela 4). Os transtornos mentais se tornam crônicos, assim, é raro que a pessoa não volte a ter problemas. São novas consultas, novos diagnósticos, novos medicamentos psiquiátricos e novas dosagens.

Tabela 4 - Considerado Definitivamente Inválido (CDI)

Grupo de Patologia	Ano Início					
	2017		2018		2019	
	Qtidade	% Coluna	Qtidade	% Coluna	Qtidade	% Coluna
Capítulo I	1	1,5	1	1,6	0	0,0
Capítulo II	13	19,4	4	6,3	8	18,6
Capítulo III	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Capítulo IV	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Capítulo V	21	31,3	31	48,4	20	46,5
Capítulo VI	3	4,5	5	7,8	3	7,0
Capítulo VII	2	3,0	0	0,0	0	0,0
Capítulo VIII	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Capítulo IX	9	13,4	3	4,7	0	0,0
Capítulo X	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Capítulo XI	0	0,0		0,0	0	0,0
Capítulo XII	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Capítulo XIII	14	20,9	17	26,6	10	23,3
Capítulo XIV	1	1,5	0	0,0	0	0,0
Capítulo XV	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Capítulo XVI	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Capítulo XVII	1	1,5	0	0,0	1	2,3
Capítulo XVIII	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Capítulo XIX	2	3,0	3	4,7	0	0,0
Capítulo XX	0	0,0	0	0,0	1	2,3
Capítulo XXI	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	67	100,0	64	100,0	43	100,0

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos de Santa Catarina, 2021.

Em 2017, foram 67 docentes aposentados por invalidez, no ano seguinte 64 docentes afastados e, em 2019 foram 43 docentes considerados inválidos. A maior causa, em ambos os anos, são os transtornos mentais e comportamentais (Capítulo V) com 31,3% (21 professoras em 2017), 48,4% (31 professoras em 2018) e 46,5% (20 professoras em 2019).

A segunda maior causa de invalidez em ambos os anos são as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (Capítulo XIII) com 20,9% (14 professoras em 2017), 26,6% (17 professoras em 2018) e 23,3% (10 professoras em 2019).

4º ADOECIMENTO EM SANTA CATARINA: A VISÃO DAS TRABALHADORAS DOENTES NESSE PROCESSO

Com objetivo de registrar como as docentes entrevistadas se veem no processo de adoecimento e afastadas das salas de aula, foram realizadas 4 entrevistas com professoras de diferentes idades e de contextos escolares variados nas cidades de Florianópolis e de Joinville, no Estado de Santa Catarina. São docentes que passaram pelo processo de afastamento e que depois retornaram à escola, seja em sala de aula ou readaptadas em outras funções. Ao longo deste trabalho, veremos alguns trechos que relatam o dia-a-dia do ambiente escolar e das atividades atribuídas às professoras.

Suzana, professora 29 anos de trabalho, relata que

Não existe uma escola em que você vá trabalhar em que não tenham professores que entram em atestado de saúde, a não ser que o professor seja muito novo, a gente até brinca que o professor tá tomando rivotril, mas na realidade acaba nem sendo rivotril porque é muito fraco. Depois de uns 10 anos de serviço vai ser difícil você encontrar um professor que não tome ansiolítico.

Os motivos que levam as professoras a medicação são diversos, segundo Suzana:

desvalorização social, baixo salário, sobrecarga de trabalho, o fato de sermos mulheres já traz uma dupla jornada, e na educação tu não tem só o momento de sala de aula, você tem o antes o durante e o depois, tu precisa planejar a aula, dar a aula e tu precisa corrigir tuas coisas.

Em Santa Catarina, as professoras recebem por aula ministradas, ou seja, para conseguir um salário maior (melhor, mais digno), é necessário ministrar mais aulas. Segundo Suzana, as professoras pegam “A carga horária maior porque é preciso pagar as contas, é muito comum o professor trabalhar de manhã, à tarde e à noite e em várias escolas”. A necessidade de aumentar a carga horária de trabalho para conseguir um salário suficiente para a vida cotidiana é um dos fatores mencionados também por outras entrevistadas, que contribui para o desgaste físico

e mental das profissionais. Maria, 20 anos de sala de aula, relata sobre seu afastamento das salas de aula:

me afastei em 2015 por excesso de trabalho, trabalhava de manhã, tarde e a noite, era jornada de 60 horas e junto com o excesso de trabalho, segundo o médico porque eu era uma pessoa extremamente saudável, tem as situações das escolas, não eram nem os alunos que incomodavam ou os pais, eu nunca tive problema com aluno, o que me levou ao afastamento foi excesso de trabalho e o problema com a direção. Eu não percebi que eu estava tão doente, aí um dia fui trabalhar na escola e de lá fui para o hospital e não saí mais, fiz uma cirurgia. perguntei ao médico e ele disse que eu já estava doente mas não tinha percebido, foi uma dor silenciosa, o estresse, tirei a vesícula, estava com o fígado comprometido e fiquei obesa.

Suzana relata sobre seu processo de afastamento:

Eu sou professora desde 1995 e em 2002 procurei um médico para ver o que estava acontecendo, eu saía às 5h30 e voltava às 23h, dava aula em 3 escolas, não tem sanidade mental que consiga se manter assim durante um ano. Essas coisinhas fazem com que a nossa realidade não seja algo anormal para o professor pegar atestado médico para tratar da saúde mental, ou das cordas vocais, ou fibromialgia, ou problemas nos braços, etc.

Já Ana, que tem 24 anos de sala de aula, relembra seu primeiro afastamento:

Eu tive o primeiro afastamento em 2009. Já vinha numa jornada de 40 horas semanais para o Ensino Fundamental 1, e a noite complementava minha renda na alfabetização de adultos o que aliás me encanta.. Tenho verdadeiro amor pela sala de aula, mas mais de 20 anos neste ritmo, o corpo e a mente não aguentam. Porém tenho consciência que o fator de adoecimento foi de fato essa desvalorização maldita que o magistério sofre cada vez mais.

Segundo as entrevistadas, é importante ressaltar que não é uma insatisfação com o trabalho em si, com os alunos por exemplo, mas sim com as estruturas, com o assédio moral, direções de escolas, os conteúdos e a liberdade de cátedra sendo podada, limitada.

Os desgastes físicos e mentais são rotineiros nos desabafos das professoras e na convivência de quem está na vida escolar. Para além da responsabilização que é colocada nos ombros das professoras, Laval (2004) aponta também a transformação que as escolas passaram ao incorporar a ideologia neoliberal nas suas dinâmicas. A escola que era voltada para a formação do cidadão, através do valor cultural, social e político, está cada vez mais sendo substituída por uma formação de “capital humano”, que visa conhecimentos valorizados economicamente.

Segundo o autor, a escola vem sendo transformada em empresa, “na nova ordem educativa que se delinea, o sistema educativo está a serviço da competitividade econômica, está estruturado como um mercado, deve ser gerido ao modo das empresas” (Laval, 2004). O autor argumenta que através de uma desinstitucionalização, desvalorização e desintegração, a escola perde estabilidade e autonomia.

Importante ressaltar que as docentes são os braços da escola e que são orientados a trabalhar segundo essa ótica neoliberal de que a escola é “uma empresa” e que seus valores devem ser difundidos. Novamente, cai nos ombros das professoras mais essa função.

Na grande maioria, as condições de trabalho não colaboram para que a escola seja um ambiente saudável e prazeroso. Seja por conta de problemas estruturais, como goteiras em sala de aula ou pela falta de ventiladores e ar condicionados que funcionem sem fazer com que energia elétrica das escolas caia, ou seja por questões jurídicas (legais, leis) que fazem com que as professoras e toda a equipe escolar recebam há mais de 10 anos, um valor diário para alimentação de R\$ 12,00. No ano de 2024 a Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou aumento gradual do Vale Refeição, para R\$18,00 ao dia em 2024, R\$22,00 em 2025 e R\$26,00 para o 2026.

No momento em que as entrevistas foram realizadas, o vale refeição ainda permanecia o mesmo, sem o reajuste de 2024 e Suzana comenta sobre a desvalorização docente: “Nosso vale refeição é de R\$12,00 ao dia faz anos, então tu vê que economicamente a valorização não existe, é zero. Isso deixa a gente ruim, é muito trabalho e muita desvalorização”.

Sobre os problemas estruturais, a Adriana, 17 anos de sala de aula, relata:

O professor não tem os instrumentos necessários para efetivar uma boa aula, falta tudo. De papel A4 até papel higiênico nas escolas públicas. Bebedouros que não funcionam, algumas escolas receberam ar condicionados que nunca foram ligados por causa do caos da instalação elétrica que poderia provocar incêndio.

Referente à falta de materiais, a professora Ana comenta que em “muitas vezes não ter papel higiênico, ou você levava de casa ou quando tu esquecia tinha que sair da escola para ir no mercado”.

A transferência das responsabilidades, mesmo que não diretas, é a realidade na escola. Para uma docente conseguir ter condições mínimas de trabalho é necessário investir do seu próprio bolso, seja na compra de materiais como papel higiênico, canetões para quadro, folhas de papel A4, e até mesmo pagar cópias de textos para entregar aos alunos.

São diversos fatores que influenciam no adoecimento das docentes, segundo Ana, sobre seu afastamento:

O diagnóstico que renovou minha licença foi síndrome do pânico. Além de todos os fatores que envolvem a intencionalidade governamental de precarização do trabalho docente, eu também acumulei frustrações relacionadas ao aspecto socioeconômico da comunidade escolar que trabalhei durante anos. Os relatos das crianças sobre as situações que experienciaram era chocante. Eles sofreram várias carências e violência e nós professores somos muitas vezes a escutar , talvez a única escuta dessas crianças . É impossível não ficar afetado.

O local onde a escola está situada, os problemas sociais, culturais, econômicos e também familiares dos alunos não ficam fora da escola quando o aluno entra em sala de aula. A professora acaba tendo contato com esses problemas e, no caso da Ana, como citado, acabam contribuindo para as frustrações pessoais e profissionais das docentes. O diagnóstico de Maria iniciou 6 anos após ela começar a lecionar:

Desde 2002 eu tomo medicação, comecei com fluoxetina. Na época não sabia o que era depressão, eu perdi a movimentação das pernas, eu não conseguia andar. Em 2002 eu trabalhava de manhã, de tarde e de noite,

jornada de 60 horas semanais, teve um dia que não consegui levantar da cama, fiz todos os exames possíveis e fui diagnosticada com depressão. Ali eu comecei com a fluoxetina que é a mais fraquinha e de lá pra cá subir bastante no pódio.

A medicalização é algo constante na vida docente. A Adriana ainda nos conta que “é muito difícil você encontrar um professor com mais de 10 anos e que não toma remédio pra cabeça, tem professor que com 5 anos já tá tomando medicação”. Para as docentes que não conseguem retornar a sala de aula, por motivos diversos, há a opção de readaptação, Adriana relata:

Fiquei afastada por 8 meses em diversas licenças renovadas, até que voltei (a trabalhar) readaptada, trabalhei dentro da escola em outra função que não professora, atuei na biblioteca, depois na secretaria, depois na orientação educacional, quem está fora da sala de aula faz de tudo, pois as escolas são muito carentes de pessoas, não existe contratação suficiente de profissionais para as funções fora da sala de aula.

As gestões escolares estão sufocadas pela burocracia e pelas demandas que chegam das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) e das secretarias no dia-a-dia, ao mesmo tempo que as equipes pedagógicas estão esvaziadas pela falta de concursos e de reposição dos quadros administrativos. Essa situação faz com que os docentes “se virem” e atuem em diversas funções escolares.

Antes de ser readaptada, a Adriana nos conta que durante o processo de afastamento teve algumas crises de pânico ao chegar no consultório médico:

Muitas vezes eu ia pra junta médica cheia de pânico, achando que no dia seguinte precisaria voltar à sala de aula. O pânico era horrível! Eu às vezes sentia que não ia conseguir passar pela porta do consultório médico, que minhas pernas já bambas iam me fazer cair. Eu tinha pânico até da junta médica.

O pavor de retornar às salas de aula foi algo mencionado também por outras docentes e reforça o trauma que essas profissionais passaram. Referente ainda sobre as consultas médicas para perícia, Maria relata:

Sempre que vou na perícia médica é um dos piores dias pra mim, porque tenho medo de ser negado, então eu sempre vou e tenho medo. Sempre tive que retornar em dois meses para nova avaliação médica, pensar em dois meses é um tempo curto pra recuperar bem, não deixa pensar se o trabalhador tá bem, a preocupação deles (governo) não é com a minha saúde, a preocupação deles é pra saber se o professor estará afastado, porque professor afastado dá prejuízo, tem que contratar outro pro lugar dele. Nunca a SED deu nenhuma orientação, nenhum tratamento, nada. O sindicato também nunca fez nenhuma ação a respeito da saúde dos professores.

É citado a falta de ações do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE-SC) frente a saúde das trabalhadoras. Quando convidei as docentes para entrevista e expliquei a pesquisa, elas agradeceram o convite e parabenizaram-me pelo tema. Expuseram a falta de eventos, publicações e promoções para com a saúde professoral, como a Adriana: “quando soube da pesquisa foi algo que eu gostei porque peço ao sindicato um estudo assim faz tempo, porque sou uma dessas pessoas que toma antidepressivo direto. O sindicato nunca fez alguma ação a respeito da saúde dos professores.”

Outro fator importante que esteve presente nas entrevistas é a questão financeira; Suzana relembra sobre o período de afastamento da sala de aula:

Tenho 40 horas aulas, são 32 em sala de aula e as outras 8 são gratificações, são a mais, e essa a mais pra mim são R\$800, R\$800 é pouco, mas pra mim é muito. Quando o professor entra em licença médica automaticamente ele perde esse bônus, eu perdi esses R\$800 e ainda entrou no meu orçamento a medicação para controlar a ansiedade e poder dormir, entrou no meu orçamento R\$200 e menos R\$800. Em determinado momento eu cheguei a pensar em ir no psiquiatra e pedir para voltar à sala de aula porque eu precisava pagar minhas contas, porque estava saindo do meu orçamento R\$1.000, os 800 da perda do bônus e mais os 200 da medicação.

A professora efetiva ou ACT em Santa Catarina recebe por hora aula, ou seja, ela leciona uma aula e ganha equivalente a uma hora de aula, mesmo que a aula tenha 40 ou 45 minutos, que varia conforme a escola e o turno em que as aulas são ministradas. A “sobra” desse período é considerada hora-atividade, tempo

disponibilizado para a professora planejar aulas, preencher os diários online com os planos de ensino, desenvolver provas e atividades e corrigir atividades. Quando Suzana relata que perdeu esse “bônus” por estar afastada da sala de aula, ela nos diz que tem ao menos 20% a menos de sua renda.

A questão econômica é também sempre citada nas entrevistas, e sempre está atrelada ao baixo reconhecimento da sociedade e dos governos para com as professoras.

Sobre laudos médicos e tratamentos, Suzana relata:

Eu tenho condições de ir ao psiquiatra porque sou efetiva, agora os professores ACTs que são mais de 60% do Estado, que não são efetivos não por culpa deles, mas porque o estado não abre edital. Até para ir no psiquiatra para conseguir medicação tu tem que pagar uma consulta que vai uns R\$350, complica até o diagnóstico e o tratamento.

A sobrecarga é alta, as professoras relatam que estão sempre realizando atividades em casa, pensando em novas dinâmicas, corrigindo provas e trabalhos em finais de semana. A hora-atividade é muito curta comparada a outras instituições de ensino, como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por exemplo.

A perseguição foi um dos temas tocados durante as entrevistas. Suzana nos conta uma situação onde um aluno gravou uma aula e disponibilizou o vídeo em grupos de WhatsApp e redes sociais:

Alguns alunos pediram para ela [professora] dar exemplos de desigualdade social, a pessoa que perguntou fez porque estava gravando com o celular, gravaram a professora falando, e a professora foi dando sua aula. O aluno gravou essa aula e enviou para um político, que prontamente foi parar nas redes sociais e no dia seguinte o vídeo estava bombando, os comentários foram horríveis, a professora foi xingada de tudo, palavrões muito pesados.

Suzana relembra como as demais professoras reagiram:

Nós professores nos irritamos, uma porque não podem filmar professor em sala de aula, o aluno filmou sem o consentimento dela, sem apagar rosto

nem nada, a professora estava totalmente exposta. A única edição foi para pegar exatamente os pontos que queriam e jogaram nas redes.

Nos dias seguintes, a professora gravada não conseguiu retornar à escola e nem comparecer à reunião com os pais do aluno. Suzana então esteve presente e conta que:

Após a reunião eu saí de lá em total desespero, chorei muito e não conseguia controlar, não conseguia entrar em sala de aula. Tudo que eu estou te falando a gente vê na internet, mas eu nunca tinha presenciado de cara um deputado desse nível e falando tudo que ele falou pra mim [...] Naquele dia não consegui dar aula, ia para sala de aula e começava a chorar, ia para sala dos professores e começava a chorar, eu já estava tomando medicação, medicação forte, acabei indo para o psiquiatra e fui afastada. Perdi 15 kilos, fiquei muito mais magra do que eu era, hoje estou melhor, consegui recuperar um pouco [...] não falei mais disso a não ser com o meu psiquiatra, porque me traz feridas.

O relato da Suzana é forte, infelizmente está presente em situações às quais as professoras estão expostas, com projetos de lei como “Escola Sem Partido” e com a desvalorização, as docentes se veem cerceadas, com sua autoridade de sala de aula sendo testadas e limitadas a todo instante. Suzana nos conta sobre a tentativa de retorno a escola:

Fui até a escola e só chorava, era dezembro e eu não tinha nunca mais entrado na escola, pensei que seria tranquilo o meu retorno, não foi um bom retorno, a direção me tirou da sala e me levou para outro ambiente, me deu água, e viram como eu estava, 15 quilos mais magra e só chorando.

O processo de recuperação de Suzana foi gradual, ela conta sobre tratamento para além dos psicofármacos aqui já mencionados:

Passou janeiro, veio fevereiro, teve praia, teve muita caminhada na praia, muito banho de mar, porque a depressão tem muito disso, então eu fui para Laguna na casa dos meus pais e todo dia fazendo isso porque eu queria tratar, aí então consegui voltar em fevereiro, só que veio a pandemia e fiquei em sala de aula até março. Na verdade, o fato de ficar em casa em março e

o ano inteiro acabou contribuindo para a minha recuperação, quando eu voltei em fevereiro a direção conversou comigo, porque eu queria sair da sala de aula, assumir algum cargo na direção, eles pensaram em mim no meu bem estar. Esse período de teleaulas acabou ajudando na minha recuperação.

A ideia de que a professora é inimiga fomenta as perseguições, afasta os debates a respeito da saúde docente. Em pesquisa realizada pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ, 2023), apontou que metade das professoras cariocas já sofreu algum tipo de assédio, perseguição e censura no trabalho, a pesquisa ainda aponta que 91% dos entrevistados gostariam de ter apoio psicológico durante o trabalho.

Já em outro estudo financiado pela Protect Defenders (2023), aponta que, no Brasil, 61,9% das professoras já repensaram o conteúdo da aula por temerem uma repercussão⁴⁰. A saúde mental das professoras precisa ser pautada pelos órgãos responsáveis, é necessário que as condições materiais e psicológicas do docente façam parte das discussões a respeito de uma educação de qualidade, que valorize seus profissionais.

⁴⁰ Mais de 60% dos(as) professores(as) já sofreram algum tipo de assédio, perseguição ou censura no trabalho. Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/mais-de-60-dosas-professoras-ja-sofreram-um-tipo-de-assedio-pers-eguicao-ou-censura-no-trabalho/>> Acessado em 18 de abril de 2024.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho visou analisar o processo de adoecimento das professoras da rede estadual de Santa Catarina frente às condições de trabalho que a elas são impostas. Partimos do pressuposto que se a “educação é um espaço de conflitos e de compromissos” (Apple, 2002), logo estará em disputa pelo sistema econômico vigente, fazendo da escola um lugar alvo da discussão do interesse das classes sociais. A análise deste trabalho buscou relacionar o adoecimento das professoras da rede estadual catarinense com as condições impostas pelo pensamento neoliberal.

Inicialmente, expusemos que o surgimento da ideologia neoliberal, criada após a crise capitalista que se alastrava no final dos anos 60, tem como função expressar a necessidade das classes dominantes de difundir o pensamento que legitima as reformas impulsionadas pelo bloco dominante (Gentili, 1996). O neoliberalismo, essa nova tendência mundial da reestruturação capitalista, trouxe consequências para os trabalhadores, seja na flexibilização dos seus direitos, na precarização das condições de trabalho, no aumento da carga horária, na forma com que o trabalhador se enxerga e também, como consequência, em sua saúde e bem-estar.

Nesse sentido, a partir da análise a respeito do neoliberalismo, foi possível identificar que com o discurso de “empresa de si mesmo”, ele molda o pensamento dos indivíduos com intuito de docilizar os corpos dos trabalhadores, criando competições entre eles, tornando os trabalhadores única e exclusivamente responsáveis pelo seu sucesso e, caso não alcance, o peso do fracasso também será somente deles.

Portanto, o “neossujeito”, descrito por Dardot e Laval (2016) é esse “sujeito neoliberal”, “sujeito empresarial”, é o sujeito que tem que estar inteiramente envolvido nas atividades que se exige que ele cumpra. É a professora que deve estar sempre de prontidão e pensando nos seus planejamentos de aula aos finais de semana, é despende seu tempo de descanso para realizar atividades que vão atribuir a sua “empresa”, que não são remuneradas, mas que devem ser feitas para ganhar mais notoriedade, para se destacar das demais. É “vestir a camisa da empresa” em busca da felicidade criada, que apenas gera desgaste e frustração.

Nessa perspectiva, a escola, que era um espaço de formação do cidadão, através dos valores culturais, sociais e políticos, torna-se objeto de interesse do neoliberalismo para produção de indivíduos produtivos e responsáveis. A escola está sendo substituída por um lugar de formação de “capital humano” que visa conhecimentos valorizados economicamente. As professoras, o “chão de fábrica da educação”, sofrem os ataques neoliberais duplamente: seja pelo molde da educação que o pensamento neoliberal impõe nas escolas através do currículo e das reformas educacionais, limitando conteúdos, implementando novas disciplinas que não fazem parte da realidade dos jovens estudantes, ou seja pela forma em que os ataques neoliberais nas condições trabalhistas, com a precarização do serviço público, flexibilização direitos trabalhistas ou com a não realização de concursos.

Entendemos que o processo de adoecimento das professoras passa pela sobrecarga de trabalho e pela desvalorização profissional. As reformas educacionais implementadas nos últimos anos somam-se ao aumento de demandas das docentes, como o Novo Ensino Médio, que aumenta as responsabilidades da professora, e projetos de lei que visam calar a liberdade professoral.

Na análise realizada a partir do relatório disponibilizado pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, referente à saúde do quadro docente no ano de 2017 a 2019, apontamos que há uma enorme disparidade entre os motivos dos afastamentos das professoras. Nos 3 anos pesquisados, o aumento dos casos totais de auxílio-doença de até 15 dias foi de 33%.

Em ambos os anos, o maior motivo dos afastamentos foi o Capítulo V, referente a transtornos mentais e comportamentais. Analisando o período de licença para tratamento de saúde maior que 15 dias, notamos que o Capítulo V foi responsável por cerca de 40% dos afastamentos nos três anos pesquisados. Isso é equivalente a dizer que a cada 5 professoras que se afastam por mais de 15 dias em Santa Catarina, duas delas são por transtornos mentais e comportamentais. Transtornos mentais e comportamentais também lideram os processos de invalidez, a cada 10 professoras que são consideradas definitivamente inválidas, são em média, 4 que tiveram transtornos mentais e comportamentais.

Conforme análises das entrevistas realizadas, concluímos que as políticas neoliberais são fatores que influenciam diretamente no adoecimento docente. Também citado pelas próprias professoras entrevistadas, o neoliberalismo gera falta de perspectivas, frustrações, sobrecarga de trabalho, estresse e aversão a sala de

aula. As professoras entrevistadas analisaram as condições de trabalho como precárias, seja pela falta de materiais para dar aula, como salas mais estruturadas com climatização, canetões, banheiros com papel higiênico, ou seja pela desvalorização salarial e do vale-refeição, que não sofrem reajustes devidos à anos.

As docentes entrevistadas também citaram as medicações que fazem uso para transtornos mentais é algo costumeiro, com isso identificamos que a inserção dos psicofármacos na vida docente tende a ser normalizada. Os remédios para transtornos mentais e comportamentais mascaram e individualizam os problemas sociais. Responsabilizam e fazem com que seu problema seja tratado de forma individual e farmacológica, não como um problema da ordem social, tratado e responsabilizado pelo Estado.

Os impactos da medicalização dos problemas sociais são um ciclo sem fim. Os transtornos mentais se cronificam e é raro que as pessoas não voltem a ter problemas da mesma ordem. São novas consultas, novos diagnósticos, novos medicamentos psiquiátricos e novas dosagens. As “drogas legais” são utilizadas massivamente em vez de outras terapias, pois são mais “baratas”, mais “eficazes”, segundo as próprias empresas farmacêuticas (Davies, 2022).

Para além dos impactos da medicalização no corpo do indivíduo, foi possível constatar a incompatibilidade desse tratamento das doenças mentais com a renda das professoras. Através das entrevistas, notou-se que as docentes não podem gozar plenamente da licença porque suas preocupações estão constantemente presentes, seja com a incerteza de não saber quando vai voltar a sala de aula, ou seja pela condição financeira, já que o tratamento com os psicofármacos agora são de responsabilidade da professora. No caso das professoras ACTs, há o agravante das docentes terem ainda de custear as consultas com os psiquiatras.

Para finalizar, nos solidarizamos com as professoras que são constantemente atacadas e responsabilizadas pelo desempenho escolar de seus alunos e pelo fracasso da educação brasileira como um todo. É importante que lutemos para ter uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos e que os devidos responsáveis sejam cobrados. É imprescindível que a saúde dos trabalhadores seja pautada como prioridade, que as condições materiais para o trabalho decente sejam atendidas.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL ALESC: Seminário em Florianópolis aborda a saúde do trabalhador da educação. Disponível em:
http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/seminario-em-florianopolis-a-borda-a-saude-do-trabalhador-em-educacao Acesso em: 25 nov. 2019.
- ALMEIDA, Silvio de. Racismo estrutural. [Structural Racism]. São Paulo: Pólen, 2019. p. 264.
- ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de P. A. Avaliação da educação superior no contexto das políticas educacionais. In: RISTOFF, D.; DIAS SOBRINHO, J. (Orgs.) Avaliação democrática. Florianópolis, SC: Insular, 2001. pp. 27-33.
- APPLE, Michael W. “Endireitar” a Educação: as escolas e a nova aliança conservadora. Currículo sem Fronteiras, v.2, n.1, p. 55-78, jan./jun. 2002.
- ANTUNES, R. Lutas sociais e desenho societal no Brasil dos anos 90. Revista Crítica Marxista. São Paulo: Xamã VM, n.7, p. 89-111, 1998.
- ASSUNÇÃO, Ada Ávila e OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. Revista Educação & Sociedade, Campinas, vol. 30, n. 107, p. 349 – 372, 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 29 mar. 2024.
- BARRETO, R. G.; LEHER, R. Trabalho docente e as reformas neoliberais. In: OLIVEIRA, D. A. Reformas educacionais na ormas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Latina e os trabalhadores docentes Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 39-60.
- BEECH, Jason. La internacionalización de las políticas educativas en América Latina. Revista Pensamiento Educativo. UC, Santiago, v. 40, n. 1, p. 153-173, 2007.

BOOM, Martínez A. (2000). “Políticas Educativas en Iberoamérica”, en Cuadernos de la OEI. Educación Comparada, Madrid, Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) (2000).

BRASIL - PL 10.659/2018. CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988. Ministério da Saúde – lista de doenças. Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Saúde do Servidor

BRASLAVSKY, C. y GVIRTZ, S. (2000). “Nuevos Desafíos y Dispositivos en la Política Educacional Latinoamericana de fin de Siglo”, Cuadernos de la OEI. Educación Comparada, Madrid: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI).

Concurso público é uma urgência da Educação catarinense. Disponível em: <https://sinte-sc.org.br/Noticia/21900/concurso-publico-e-uma-urgencia-da-educacao-catarinense#:~:text=Atualmente%2C%20segundo%20a%20pr%C3%B3pria%20SED,h%C3%A1%20somente%2013.703%20professores%20concurados>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99). Disponível em: http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cap05_3d.htm Acesso em: 07 de fev. 2024

CAPONI, S.; KOZUCHOVSKI DARÉ, P. Neoliberalismo e sofrimento psíquico: a psiquiatrização dos padecimentos no âmbito laboral e escolar. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 302–320, 2020. DOI: 10.5433/2176-6665.2020v25n2p302. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/39721>. Acesso em: 17 abr. 2024.

Diário Oficial da União - Portaria GM/MS Nº1.999, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.999-de-27-de-novembro-de-2023-526629116> Acesso em: 03 de mar. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. - ed. - São Paulo: Boitempo, 2016 (Estado de Sítio).

DAVIES, James. Sedados: Cómo el capitalismo moderno creó la crisis de salud mental Barcelona: Capitán Swing, 2022.

DUFOUR, Dany-Robert, L'art de réduire les têtes: sur la nouvelle servitude de l'homme libéré à l'ère du capitalisme total (Paris, Denoël, 2003), p. 13: "Hoje, a troca mercantil tende a dessimbolar o mundo".

FERRARO (FERRARI), Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. Dossiê: "Letramento" • Educ. Soc. 23 (81). Dez 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008100003> . Acesso em: 23 de fev. 2024

FONTES, V. O Brasil e o capital-imperialismo - teoria e história. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010. v. 1000. 388p.

FOUCAULT, M. (2014). Vigiar e punir: nascimento da prisão. (42ª ed.). Petrópolis: Vozes.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. / Luiz Carlos de Freitas.- 1.ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2018. 160 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) Escola "sem" Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 22 (1934): Americanismo e Fordismo. In: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. 4. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 241-282.

HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, António. (Org). Vidas de professores. 2. ed. Porto: Porto, 2000.

IBGE , Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1992. Rio de Janeiro: IBGE, v. 52, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Básica 2020: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2021 Disponível em:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf Acesso em: 14 fev. 2024.

LANDINI, Sônia Regina. Professor, trabalho e saúde: as políticas educacionais, a materialidade histórica e as consequências para a saúde do trabalhador-professor. VI Seminário da Redestrado. Regulação Educacional e Trabalho Docente, 06 e 07 de novembro de 2006 – UERJ – Rio de Janeiro.

LATORRE, Diego Bernard Varella de Castro. O fenecer da educação capitalista: estudo das condições dos trabalhos temporários da educação (ACTs) no ensino Público de Florianópolis. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2013, 148 p.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Textos sobre educação e ensino. [Tradução de Rubens Eduardo Frias]. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2005.

OLIVEIRA, D. A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In _____. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Aut América Latina e os trabalhadores docentes êntica: Belo Horizonte, 2003, p. 13-35.

Plano de Carreira dos Profissionais da Educação > Documento eletrônico.

Disponível em:

<http://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/6588-plano-de-carreira-magisterio-2015> Acesso em: 23 de mar.2024

Projeto de Lei Nº 10659/2018 - Câmara dos deputados. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2182388#:~:text=PL%2010659%2F2018%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,ideologia%20de%20g%C3%AAnero%20nas%20escolas.> Acesso em: 16 de abr. 2024.

Projeto de Lei Complementar Nº 0010.9/2021 - Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Disponível em:

<http://visualizador.alesc.sc.gov.br/VisualizadorDocumentos/paginas/visualizadorDocumentos.jsf?token=fb858d6e1821f5784fc32111d19eb2d516438d0de74e7fa44b4a0b64e8fde7fb422e20fec5c91a106815591a79a46c68> Acesso em: 15 de abr. 2024.

Projeto de Emenda Constitucional Nº 0005.3/2021 - Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Disponível em:

<http://visualizador.alesc.sc.gov.br/VisualizadorDocumentos/paginas/visualizadorDocumentos.jsf?token=9f875f7ece4aa99e4fc32111cf5b4f0d35ec463ebef358224b4a0b64e8fde7fb422e20fe65c926eac8a91fef819d18da> Acesso em: 15 de abr. 2024.

Readaptação Funcional - Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em:

https://www.sea.sc.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/Readaptacao_Funcional.pdf Acesso em: 23 de fev. 2024

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SELIGMANN-SILVA, E. Psicopatologia no trabalho: Aspectos contemporâneos. In: FERREIRA, J. J. PENIDO L. O. Saúde mental no trabalho: coletânea do fórum de saúde e segurança no trabalho do Estado de Goiás. Goiânia: Cir Gráfica, 2013.

TEIXEIRA, L. H. G. Políticas públicas de educação e mudança nas escolas: um estudo da cultura escolar. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. (Orgs.) Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica. 2.ed., Belo Horizonte, 2001, p. 177-190.

APÊNDICE A - ROTEIRO BASE PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Como você analisa a questão dos afastamento médico das professoras na escola?
2. Quais são os principais motivos que você vê para esses afastamentos?
3. Referente ao sofrimento psíquico, você vê muitos casos em sua realidade de trabalho? Como você analisa essa situação?
4. Como você vê a relação entre condições de trabalho e a saúde das professoras? Como são suas condições de trabalho?
5. Referente ao seu afastamento, qual foi o motivo? Por quanto tempo ficou afastada? Há alguma situação específica que você gostaria de relatar?
6. Qual foi o diagnóstico que levou ao seu afastamento? Qual foi o diagnóstico da perícia médica do Estado? Como você analisa esse diagnóstico?
7. Quais os encaminhamentos/tratamentos que você fez durante seu afastamento? Qual foi a recomendação da perícia da SED?
8. Seu retorno para a escola foi em quantos dias? Como você avalia esse período estipulado pela perícia médica?
9. Como foi o seu retorno? Como você analisa o processo de afastamento da sala de aula?